

Ato 29/03 HZ

Ato 29



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Cultura de Gestão do Lixo: Políticas, Percepções e Práticas

O Caso do Bairro Central na cidade de Maputo

Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do Grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Edite Maria Alson Cumbe

Supervisor: Dr. Cristiano Matsinhe

Co-Supervisor: Dr. Hélder Nhamaze

Maputo, Abril de 2004

U.E.M. - U.F.I.C.S.
N.º 4620
DATA 20 / 07 / 05
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
COTA ATO-29

DECLARAÇÃO

Declaro que este projecto de investigação nunca foi apresentado, na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Miguel Cumbe e Ester dos Santos pela sua contribuição moral e material durante a minha formação académica. Às minhas irmãs Irina e Saniata e ao João.

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar agradecer o meu Supervisor Dr. Cristiano Matsinhe por ter acreditado no meu projecto mesmo nos difíceis momentos de indecisão por que passei. Sem a sua orientação metodológica não seria possível a elaboração deste trabalho.

Ao meu Co-Supervisor Dr. Hélder Nhamaze pela sua disponibilidade e pelas críticas construtivas que contribuíram para o melhoramento deste trabalho.

À todos os professores do curso de Antropologia pelo conhecimento transmitido durante a minha formação académica, aos meus colegas da turma de Antropologia pelas discussões durante o nosso percurso académico. Em especial ao Ciclo do BIP (Celso, Euclides, Sandra e do qual eu faço parte) e ao Botão pelos debates e discussões à volta do saber antropológico.

Aos moradores do Bairro Central que participaram directamente com a informação prestada durante as entrevistas. Aos trabalhadores da Direcção Municipal de Salubridade pela informação prestada durante a elaboração deste trabalho e em especial ao Senhor Lição (Chefe da Repartição de Higiene e Salubridade da cidade de Maputo) e Senhora Hermenigilda Psungo (Chefe do Departamento de Higiene e Salubridade da cidade de Maputo) pelo apoio incondicional e pela disponibilidade que tornaram possível este trabalho. Ao Sérgio Maló pela elaboração do mapa do Bairro Central.

Finalmente, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que aqui não foram mencionados mas que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho parte do pressuposto que o sistema que envolve a gestão do lixo na cidade de Maputo apresenta deficiências como resultado das diferentes políticas implementadas pelo Município para reverter esta situação. Por outro lado, é trazido para discussão um actor importante neste processo de gestão do lixo, os munícipes representados pelos residentes do Bairro Central e neste contexto, a nossa abordagem pretende privilegiar as suas percepções no que se refere as políticas adoptadas pelo Município se considerarmos que se espera que estas mesmas políticas sejam cumpridas pelos munícipes da cidade de Maputo.

A nossa abordagem pretende abordar também as práticas dos residentes do Bairro Central em relação ao lixo nos locais de residência e nos diferentes espaços de vivência social bem como o seu papel para o cenário actual que a cidade apresenta em termos de lixo. Esta análise desenvolve-se em torno dos diferentes discursos veiculados pelo Município no concernente às suas dificuldades para uma gestão eficiente do lixo que se caracteriza por uma recolha irregular, falta de contentores suficientes para o depósito do lixo, interrupção do pagamento da taxa de limpeza e pela falta de cultura urbana por parte dos munícipes.

Na parte final do trabalho procuramos contrapor os discursos veiculados pelo Município como consequência dos diferentes argumentos apresentados pelos residentes do Bairro Central que decorrem de elementos que lhes são apresentados através do desempenho da edilidade e por outro lado, como consequência do relacionamento existente entre o Município e munícipes que não preconiza um diálogo para a resolução do problema do lixo mas apenas um cumprimento das políticas aprovadas.

LISTA DE ABREVIATURAS

- CECM – Conselho Executivo da Cidade de Maputo
- CMLM – Câmara Municipal de Lourenço Marques
- CM – Conselho Municipal
- CMCM – Conselho Municipal da Cidade de Maputo
- CMM - Conselho Municipal de Maputo
- DMSC – Direcção Municipal de Salubridade e Cemitérios
- DSU – Direcção de Salubridade Urbana
- EDM – Electricidade de Moçambique
- GTZ – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento
- OMM - Organização da Mulher Moçambicana
- RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
- SS - Serviços de Salubridade
- UCCLA- União das Cidades Capitais Luso-Africanas de Língua Portuguesa

Sumário

INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO I	
1.1 A valorização do lixo-----	3
1.2 Justificativa-----	7
1.3 Metodologia-----	10
1.4 Revisão bibliográfica-----	12
1.5 Hipóteses-----	14
1.6 Quadro conceptual-----	15
1.7 Quadro teórico-----	20
CAPÍTULO II	
CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE MAPUTO E DO UNIVERSO DE PESQUISA -----	22
2.1 Caracterização da cidade de Maputo-----	22
2.1.2 Caracterização do universo de pesquisa-----	23
2.2 Situação do lixo e sua evolução-----	25
RESPOSTA DOS ÓRGÃOS (IN)COMPETENTES -----	28
2.3 Como está organizado o Município-----	28
2.4 Como está organizado o sistema de recolha do lixo-----	30
2.4.1 A taxa de limpeza-----	40

2.4.2 Sucessos e fracassos-----	44
---------------------------------	----

CAPÍTULO III

MUNICÍPIES E CULTURA DE GESTÃO DO LIXO-----	52
---	----

CONCLUSÃO -----	66
------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	71
---	----

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A problemática do lixo na Cidade de Maputo é actualmente motivo de atenção para discussão nas várias esferas de sociabilidade contribuindo para a valorização e legitimação do lixo¹ como objecto de estudo.

Um dos principais factores que tem contribuído para a discussão sobre o lixo é o facto de o Conselho Municipal (CM) que é a entidade responsável pela sua recolha, não desempenhar satisfatoriamente as suas funções tendo como consequência a concentração de grandes quantidades de lixo nas ruas e arredores da cidade de Maputo.

No presente trabalho pretende-se privilegiar um outro actor importante no processo de gestão do lixo que são os munícipes considerando que para o sucesso das políticas adoptadas e implementadas pelo Município é necessária a sua participação activa com vista à resolução deste problema.

Serão analisadas algumas questões importantes no que concerne ao seu envolvimento na gestão do lixo nomeadamente: como definem o lixo, como contribuem para a resolução desta problemática, como é feita a gestão do lixo nos locais de residência, quais os conflitos existentes entre os munícipes nesta gestão e até que ponto as suas percepções em relação ao lixo influenciam as práticas sobre este mesmo objecto sem esquecer no entanto o papel do Município neste processo.

¹ Entenda-se que referimo-nos ao lixo doméstico, aquele que se caracteriza por restos de comida, garrafas, papéis, caixas, plásticos, águas negras, material electrodoméstico, peças de vestuário que deixaram de ter utilidade.

Tendo como base os pressupostos apresentados é objectivo principal deste trabalho:

- Analisar como são percebidas, incorporadas e implementadas as políticas de gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central na cidade de Maputo;

São objectivos específicos:

- Analisar até que ponto estas políticas aprovadas e implementadas pelo Município entram em choque ou não com as percepções que os residentes têm em relação ao lixo;
- Analisar de que forma cada um destes actores (Município e munícipes) contribuem para o estado actual em que a cidade se encontra;
- Analisar que elementos estão envolvidos no cenário que a cidade de Maputo apresenta em termos de gestão do lixo;

A construção do problema no presente trabalho desenvolve-se com base nos conceitos de percepção e de cultura uma vez que pretende-se estudar como ocorre a gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central. Esta gestão, pressupõe à partida um conjunto de ideias construídas que são resultado das diferentes experiências dos residentes do Bairro Central enquanto membros de uma sociedade e que por sua vez, irão condicionar as suas práticas em relação ao lixo. Por outro lado, este conjunto de percepções não pode ser dissociado das regras, ideias, hábitos e padrões de comportamento que são aceites e praticados pelos residentes. Assim, o problema resume-se na seguinte pergunta de partida: “ *Em que medida as percepções culturais dos residentes do Bairro Central na cidade de Maputo, influenciam as suas práticas em relação à gestão do lixo*”.

No que se refere a organização do texto, no capítulo primeiro serão discutidos factores como, desempenho do Município, informação transmitida pelos órgãos de comunicação social e as implicações do lixo para a saúde. Estes factores serão analisados no sentido de demonstrar a relevância do estudo da problemática do lixo. Outros factores serão também discutidos para justificar a escolha deste tema assim como a metodologia usada para a elaboração do trabalho.

Em termos de abordagens teóricas relacionadas ao objecto proposto, traremos ainda neste capítulo diferentes perspectivas sendo a primeira referente às percepções dos residentes em relação ao lixo, estando estas associadas à variáveis individuais e colectivas e a outros factores alheios ao indivíduo. A segunda abordagem teórica dá ênfase ao papel do Estado no processo de gestão de lixo através dos ganhos na prestação de serviços e uma crítica por Vasconcelos (2004) ao sistema vertical de implementação de políticas de saneamento. A terceira abordagem está relacionada com a mudança dos hábitos culturais em relação ao lixo. A definição dos conceitos e abordagem teórica também serão apresentados neste capítulo.

No capítulo segundo, apresenta-se uma caracterização da cidade de Maputo e do universo de pesquisa que é o Bairro Central. Após a uma breve análise do lixo e sua evolução na cidade de Maputo, é neste capítulo onde desenhamos o historial relacionado com o surgimento do Município de Maputo e da Direcção Municipal de Salubridade e Cemitérios (DMSC) no contexto da gestão de lixo. Aqui, identificam-se também as principais políticas implementadas pela DMSC quanto à gestão do lixo e ainda os constrangimentos verificados na aplicação das mesmas.

Retomando as discussões enunciadas sobre as políticas implementadas pela DMSC, discutir-se-à a cultura de gestão do lixo por parte dos residentes do Bairro Central, privilegiando as suas percepções e práticas. Neste capítulo pretende-se observar como é realizada a gestão do lixo pelos residentes, que conflitos encontram na limpeza dos espaços comuns e de vivência social e as suas percepções e práticas no que se refere às políticas implementadas pela DMSC. Esta questão passa por uma avaliação destas políticas com base nos elementos que contribuem para a situação em que a cidade se encontra em termos de recolha e tratamento do lixo. Por último apresentamos a conclusão e algumas perspectivas para discussões futuras.

CAPÍTULO I

1.1 A valorização do lixo

As Ciências Sociais, preconizam o estudo dos fenómenos sociais que ocorrem tendo como fim o conhecimento da realidade através da construção de um determinado saber. A Antropologia não foge deste cenário preconizando o estudo das relações sociais que se estabelecem em locais microscópicos como define Geertz (1989) ou em contextos sociais pequenos. As relações que se estabelecem dentro de uma cultura nas diferentes perspectivas (social, política, económica, simbólica e outras) permitem ao antropólogo perceber a realidade por si estudada e aqui pretendemos inserir a importância do lixo como objecto de estudo que nos permite compreender as percepções e práticas nele inseridas.

Tendo como base um conjunto de políticas implementadas pelo Município, o lixo constitui um objecto de estudo para a Antropologia pois possibilita um conjunto de relações à sua volta. relações estas que se estabelecem não só entre os residentes mas também entre estes e o Município. Estas relações que surgem à volta do lixo, possibilitam o seu estudo como objecto da Antropologia tendo como objectivo uma melhor compreensão dos aspectos sociais políticos, económicos, culturais e simbólicos desta realidade.

Para a valorização do lixo como objecto de estudo, é importante referir também alguns aspectos que permitem compreender o cenário em que são construídos os diferentes discursos à sua volta. O fraco desempenho do Município no concernente à gestão do lixo e a falta de cultura² urbana pelos munícipes que se caracteriza pelo não cumprimento das medidas adoptadas pelo CM, são dois factores importantes que levam à aprovação e implementação de várias políticas de gestão do lixo.

² Referimo-nos aos hábitos dos munícipes em relação à gestão do lixo nas suas residências e em outros locais que considerem importantes.

Dentre as políticas aprovadas para a resolução do problema do lixo destacam-se, o uso de sacos plásticos para a deposição do lixo, a colocação de contentores na via pública, o estabelecimento de um horário para a recolha e varredura, a contratação de empresas privadas e a introdução da taxa de limpeza.

Quanto a estas políticas referir que não existem dados sistemáticos sobre como era efectuada a gestão do lixo após a independência³, o conhecimento sobre este assunto está associado à informação disponibilizada pelos trabalhadores da DMSC⁴. As diversas políticas aprovadas para a gestão do lixo após a independência, foram concebidas em função das oportunidades materiais e dos recursos técnicos eventualmente disponibilizados por alguns doadores estrangeiros⁵.

A concepção e adopção destas políticas contribui para a valorização do lixo como tema e assunto de extrema importância na medida em que, após a independência estas não seguem critérios previamente estabelecidos mas, constituem uma resposta à situação de crise que se manifesta através da concentração de grandes quantidades de lixo na cidade. Como consequência, verifica-se que estas políticas são constantemente alteradas e não apresentam consistência ao longo do tempo em termos de aplicabilidade.

Um outro factor que contribui para a valorização e discussão sobre o lixo manifesta-se através dos meios de comunicação social (rádio, jornal e televisão) que veiculam com maior frequência a situação em que a cidade se encontra. Esta informação permite a construção de vários discursos veiculados não só pelo Município mas também pelos munícipes como forma de justificar esta mesma situação.

³ Em relação ao período anterior à independência, pode-se consultar a Escritura da Empreitada dos Serviços de Limpeza da cidade de Lourenço Marques editada em 1947 pela Câmara Municipal de Lourenço Marques.

⁴ Como é o caso do antigo chefe do Departamento de Higiene e Salubridade, Sr. Mabuiango que trabalhou nesta instituição durante mais de 20 anos.

⁵ Segundo palavras do Sr. Lição, actual chefe da repartição de Higiene e Salubridade da cidade de Maputo.

Servem de exemplo alguns artigos publicados nos jornais e noutros órgãos de informação, como sejam, “*O eterno problema do lixo em Maputo*”⁶, “*Edilidade reconhece incapacidade na recolha de lixo*”⁷, “*Lixo volta a tomar conta de Maputo*”⁸, “*Serviços de Salubridade incapazes de mudar a situação*”⁹, “*Perigo mantém-se na capital*”¹⁰, “*Lixo volta às ruas da cidade de Maputo*”¹¹, “*Maputo volta a cheirar*”¹².

Estes são alguns artigos dentre os vários publicados nos jornais que acompanhados pela informação veiculada pela televisão e rádio, permitem aos munícipes ter um maior conhecimento sobre a situação do lixo na cidade de Maputo.

O lixo está também associado a questões de saúde pois a sua concentração durante dias leva à contaminação de doenças como é o caso da malária e cólera que têm sido muitas vezes responsáveis por várias mortes principalmente durante a época chuvosa. Para Zimba, “a ineficiência na recolha e tratamento do lixo representa um sério perigo à saúde pública em termos de propagação de pragas e vectores de doenças endémicas” (2002:38).

Como é sabido, o Município de Maputo é caracterizado por eclosões cíclicas de epidemias como a malária, diarreias, cólera e outras que são resultado como afirma Zimba da, “existência de água estagnada (águas negras), deficiente drenagem, fraco saneamento do meio, ausência ou mau funcionamento dos esgotos, fraca recolha e inadequado tratamento do lixo” (id:39).

Esta situação contribui também para a prática discursiva em relação ao lixo pois criam-se problemas em outros sectores da sociedade como é o caso da saúde onde o número elevado de doentes tem

⁶ In Jornal Notícias do dia 12 de Outubro de 2002, pg.12.

⁷ In jornal Domingo do dia 20 de Outubro de 2002, pg.18

⁸ In jornal Notícias do dia 31 de Janeiro de 2003, pg.1

⁹ In jornal Notícias de 16 de Outubro de 2002.

¹⁰ In jornal Notícias de 4 de Janeiro de 2003.

¹¹ In jornal notícias de 10 de Outubro de 2002.

¹² In Telejornal do dia 6 de Abril de 2003.

como consequência a criação de enfermarias de emergência pois as existentes nos hospitais são insuficientes.

Esta prática discursiva sobre o lixo associada à saúde surge devido ao facto de os casos de cólera por exemplo, estarem relacionados com as condições de saneamento do meio que incluem a gestão do lixo. O não seguimento das regras básicas de saneamento leva ao surgimento das doenças acima referidas.

Para Foucault (1997), existem certas condições para o surgimento de uma formação discursiva sobre um determinado objecto através das relações estabelecidas entre instituições, processos económicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação e modos de caracterização. Neste sentido, a discussão sobre o lixo enquadra-se no sistema de relações que se estabelecem entre o Município e os munícipes através do papel que cada um destes intervenientes tem neste processo e também, através das relações entre o Município e as diversas instituições como é o caso da saúde. As formas de comportamento em relação ao lixo, as normas que prescrevem a sua recolha e o seu tratamento enquadram-se também dentro desta prática discursiva.

1.2 Justificativa

A importância do estudo sobre a problemática do lixo é distinguida por Marshall e Rossman (1989) em três vertentes fundamentais, nomeadamente: em termos de conhecimento produzido, profissionais que investigam ou trabalham nesta área e por último o contributo do estudo para a Antropologia.

Quanto a produção do conhecimento, Maputo é uma cidade que apresenta diferentes realidades que são passíveis de serem estudadas pelas diversas Ciências. O saneamento urbano, a conservação do

meio ambiente, a construção em locais inapropriados, dentre outros, são alguns exemplos de áreas que podem ser estudadas para a produção de um conhecimento que permita melhor lidar com estas realidades.

A problemática da gestão do lixo aqui trazida para discussão insere-se no saneamento do meio urbano que deve ser seguido não só para a prevenção de certas doenças mas também sob o ponto de vista estético para manter a cidade limpa.

Sendo o lixo um dos principais problemas que esta cidade apresenta e pelo facto de várias políticas serem aprovadas para reverter esta situação, consideramos pertinente um estudo antropológico sobre este tema pois aborda as percepções e práticas dos munícipes em relação ao lixo que fornecerão bases para compreender melhor o papel destes através da sua participação nas diversas formas de gestão implementadas pelo Município.

No que concerne as pesquisas sobre a problemática do lixo, foram feitos alguns estudos onde o destaque vai para o problema de saneamento e os seus efeitos nos moradores da cidade de Maputo. Nhancolo (1999) apresenta os principais problemas de saneamento que afectam um dos bairros periféricos de Maputo (Xipamine), abordando as deficiências no sistema de recolha do lixo.

Uma outra abordagem é trazida por Zimba (2002) que defende a ineficiência na recolha e tratamento do lixo como um factor que representa um perigo sério para a saúde pública em termos de propagação de vectores e pragas responsáveis por doenças endémicas.

Macuácuá (2002) analisa o exercício da cidadania nos serviços de remoção e tratamento do lixo no Município de Maputo que se caracteriza pela não participação dos munícipes devido ao



desconhecimento dos seus direitos e pelo facto de o Município não privilegiar uma gestão aberta e transparente¹³.

Estes estudos permitem constatar que a problemática do lixo pode ser analisada sob diferentes perspectivas como o saneamento, a saúde, o exercício de cidadania e ainda sob o ponto de vista da fragilidade que a cidade de Maputo apresenta através do seu Município em termos de resposta aos problemas do lixo. Sob o ponto de vista antropológico, o presente trabalho pretende apresentar uma perspectiva diferente para análise da problemática do lixo através da cultura de gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central que se manifesta através das suas percepções e práticas no que se refere a esta problemática e também, através das relações que se estabelecem entre os diferentes actores. Município e Municípes no processo de gestão do lixo.

A escolha deste tema está também relacionada ao processo de municipalização em Moçambique onde a cidade de Maputo passa a ser dirigida pelo CM que tem como uma das suas funções gerir os problemas que esta cidade apresenta e neste âmbito o lixo constitui uma preocupação desta instituição.

Sendo uma das funções do CM a resolução do problema do lixo preocupa-nos o facto da descentralização ocorrida com a institucionalização da DMSC não corresponder a uma resposta positiva em termos de gestão do lixo.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se verificado um grande aumento da produção do lixo que deriva de um maior acesso aos bens que produzem uma quantidade elevada de resíduos sólidos como recipientes em vidro ou plástico, metais e uma série de materiais que não são facilmente biodegradáveis.

¹³ Macuáua refere-se a gestão dos fundos disponibilizados para a recolha de lixo.

Este aumento da produção do lixo está também associado ao superpovoamento dos centros urbanos no país e mais especificamente na cidade de Maputo que não é acompanhado pelo melhoramento e aumento das infra-estruturas existentes para a sua recolha o que contribui para a concentração de focos de lixo¹⁴ nas ruas e arredores da cidade.

Como consequência, dois cenários são importantes para a escolha deste tema. O primeiro manifesta-se através de uma cidade cheia de lixo e a fraca capacidade da edilidade para responder a esta situação apesar das várias políticas implementadas. O segundo cenário manifesta-se através da posição que os munícipes tomam perante esta situação que deve ser enquadrada no contexto das percepções que estes têm em relação às políticas implementadas e nas práticas quotidianas de gestão do lixo nas suas residências e em outros locais de frequência e de vivência social.

1.3 Metodologia

Como metodologia, o presente trabalho privilegiou primeiramente uma revisão bibliográfica da literatura¹⁵ existente sobre o tema e durante esta fase foram também consultados alguns documentos escritos como Escrituras, Actas de Assembleias Municipais, Boletins da República, artigos da Internet, Jornais e Teses de dissertação. Os Telejornais da Televisão de Moçambique (TVM) também serviram para a obtenção de informação sobre o trabalho do Município. Ainda neste período realizamos algumas entrevistas exploratórias para melhor clarificação do objecto de estudo.

Para a recolha de dados, privilegiamos as entrevistas abertas e semi-estruturadas. A escolha desta técnica deve-se ao facto de não pretendermos limitar os nossos entrevistados em termos de informação pois a problemática do lixo permite diferentes tipos de análise que consideramos importantes para a compreensão da mesma sem esquecer, contudo, que se pretendia captar as

¹⁴ Termo usado pela DMSC para identificar grandes quantidades de lixo que se acumulam na via pública durante dias sem serem retiradas.

¹⁵ Durante a realização do trabalho pouca bibliografia relacionada ao tema foi encontrada.

percepções dos munícipes no que se refere às políticas implementadas bem como as suas práticas sobre a gestão do lixo. Referir que durante a realização das entrevistas contrariamente aos trabalhadores da DMSC, a maioria dos residentes do Bairro Central não permitiu a publicação dos seus nomes sendo que estes foram omitidos. Esta fase incluiu também uma observação e mapeamento dos principais focos de lixo no bairro a estudar como forma de recolher as percepções que os residentes têm sobre o lixo, um acompanhamento da recolha de lixo feita pelas viaturas do Município no Bairro Central e duas visitas à lixeira no Bairro Hulene para a observação do destino final do lixo recolhido.

Quanto à amostragem, foi usada a divisão administrativa do Bairro Central em três áreas nomeadamente: Central A, B e C. Em cada área foram seleccionados três prédios entre seis e onze andares e também cinco moradias. A escolha destes prédios e moradias baseou-se principalmente na existência de contentores de lixo nas suas proximidades para o depósito de lixo de modo a perceber como é feita a gestão do lixo pelos munícipes a partir das suas residências até aos recipientes disponibilizados pelo Município. Nos prédios com dois apartamentos em cada andar estabelecemos como amostra um dos apartamentos e nos prédios com três apartamentos privilegiamos duas residências. Em alguns casos esta selecção foi alterada devido à indisponibilidade de alguns moradores para concederem a entrevista. Para a realização das entrevistas nos prédios, foi feito um primeiro contacto com os chefes das Comissões de Moradores para tomarem conhecimento dos objectivos do trabalho e para facilitar o contacto com os entrevistados. Por último, a análise e interpretação dos dados baseou-se na análise temática que segundo Quivy e Campenhout (1998) revela as representações sociais ou juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso.

1.4 Revisão bibliográfica

A literatura relacionada à problemática do lixo é apresentada em três principais abordagens. A primeira refere-se às percepções dos munícipes em relação ao processo de recolha e reciclagem do lixo. Stevens (1994) no seu estudo sobre as percepções dos residentes referentes ao processo de reciclagem do lixo defende que a qualquer momento, diferentes variáveis influenciam as percepções individuais e são responsáveis pelo comportamento e atitudes individuais que podem levar a uma acção colectiva.

Para este autor existem variáveis específicas sobre a reciclagem como, experiências passadas e memórias sobre a separação ou desperdício de recicláveis, formas de reciclagem do lixo doméstico, memórias sobre as formas de gestão e sobre campanhas bem sucedidas de reciclagem, observação de actividades de reciclagem como o depósito de objectos de vidro em locais apropriados. Estas variáveis determinam as percepções e práticas dos indivíduos quanto a reciclagem do lixo.

Ainda sobre esta temática, para Nhancolo (1999) a percepção ambiental de uma pessoa ou grupo de pessoas depende de vários factores que envolvem a formação académica, contexto cultural e situação económica numa complexa inter-relação.

Estas duas abordagens complementam-se pois a primeira revela a importância do indivíduo através de memórias que são condicionadas por diferentes variáveis. O resultado da partilha de memórias por um determinado grupo de indivíduos terá como consequência uma acção colectiva no que se refere a reciclagem do lixo como refere Stevens. Por outro lado, o contexto social e cultural apresentado por Nhancolo é também determinante para as percepções referentes a gestão do lixo condicionando também acções colectivas. Tanto as percepções individuais e o contexto social e cultural condicionam a nosso ver as acções do indivíduo ou colectividade no concernente as suas práticas quotidianas de gestão do lixo.

O papel do Estado é também referido quando se aborda a questão do lixo e duas posições destacam-se. Eigenheer (1998) apresenta uma visão macro-económica sobre os ganhos proporcionados pela recolha de lixo pois ao prestar este serviço, o Município não tem um retorno imediato daí que seja necessária a cobrança de uma taxa de limpeza como forma de permitir a sustentabilidade desta actividade.

Sobre o papel do Estado Corson (1993) refere que este é responsável pelo desenvolvimento e implementação de um plano de gestão do lixo sólido. Este plano, deve conter a estratégia geral do Estado para proteger a saúde humana e o meio ambiente. Esta questão da gestão pelo Estado é apresentada numa perspectiva diferente por Vasconcelos (2004) que critica o modelo vertical de implementação de campanhas sanitárias. Estas campanhas muitas vezes são implementadas por instituições segundo o modelo militar, em acções temporárias, desvinculadas da dinâmica social local e voltadas para execução de acções delimitadas e padronizadas previamente.

Esta perspectiva apresentada por Vasconcelos, remete-nos para o contexto moçambicano onde o Município implementa determinadas políticas muitas vezes sem tomar em conta a dinâmica desta cidade como por exemplo o uso de sacos plásticos para o depósito de lixo. Esta política não é acompanhada por uma recolha eficiente em termos de horário tendo como consequência o lixo espalhado nas ruas da cidade devido a destruição dos sacos plásticos pelos mendigos para o aproveitamento do lixo e dos próprios sacos plásticos.

Uma terceira abordagem é trazida por Waldam (2002) onde a solução do lixo passa por quatro palavras iniciadas por "R" nomeadamente, reeducar, reduzir, reutilizar e reciclar. Esta reeducação significa uma mudança de hábitos culturais como forma de acabar com os desperdícios. Esta ideia é também defendida por Rodriguez (2002) que apresenta a reciclagem de resíduos através de cooperativas como sendo um passo fundamental no ciclo produtivo de numerosas indústrias. Para Rodriguez, esta reciclagem é consequência de um processo acelerado e desordenado de urbanização

que se caracteriza por um sistema inadequado de recolha e descarte do lixo aliado a uma falta de cultura cidadã de reciclagem ideia esta também defendida por Waldman quando se refere à mudança de hábitos culturais.

No que se refere às três abordagens apresentadas, pretendemos privilegiar a perspectiva de Stevens e Nhancolo pois destaca a questão das percepções como factor determinante para o processo de gestão do lixo. Por outro lado, esta perspectiva menciona o contexto cultural como um dos factores que determinam as percepções e práticas em relação ao lixo. A questão do contexto cultural levantada por Nhancolo permite-nos também perceber os hábitos e padrões de comportamento referentes ao lixo.

1.5 Hipóteses

1. As percepções culturais dos residentes do Bairro Central são determinadas por variáveis associadas à experiências individuais ou colectivas que condicionam as suas práticas em relação à gestão do lixo.
2. O sistema vertical de implementação de políticas de gestão do lixo determina as percepções dos residentes do Bairro Central condicionando deste modo as suas práticas em relação à gestão do lixo.

1.6 Quadro conceptual

Para a operacionalização do nosso objecto priorizamos a definição dos conceitos de cultura, percepção, discurso, gestão e lixo que são resultado das hipóteses apresentadas. O conceito de cultura, permite-nos compreender como as percepções individuais são partilhadas resultando em acções colectivas. Neste contexto, inserimos as práticas dos residentes do Bairro Central sobre o lixo dentro de um conjunto de percepções partilhadas que fazem parte da cultura de gestão do lixo. O conceito de discurso possibilita uma melhor compreensão do desempenho do Município. Os conceitos de gestão e de lixo são também definidos como forma de apresentar o nosso entendimento comum dos mesmos.

O primeiro conceito a apresentar é a cultura e a sua definição antropológica mais antiga, remonta à Edward B. Taylor afirmando que, "a cultura é o complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade" (1871:5) citado por Bernardi (1974).

Segundo Bernardi esta definição,

" pôs as premissas teóricas para superar o preconceito sobre a existência de povos sem cultura, inferiores e rudes, parados no primeiros graus da evolução cultural, e para reconhecer em todos os homens uma problemática idêntica, mas com interpretações originais e características próprias de toda a tradição cultural e social" (1974:25)¹⁶.

Várias definições sobre o conceito de cultura são posteriormente formuladas apresentando diferentes abordagens. Para Spencer a cultura " apresenta-se como a característica peculiar do homem, pela qual o homem se distingue como um ser especial, diferente dos animais e das coisas e portanto, acima deles" (1974:26).

¹⁶ Esta questão apresentada por este autor remete-nos para o relativismo cultural.

Sob o ponto de vista da abstracção, White defende que a cultura é uma classe de coisas e de acontecimentos, dependentes da simbolização, considerada num contexto extra-somático (ibd.).

Uma perspectiva diferente sobre o conceito de cultura é apresentada por Spiro (1998) citado por Gune (2001) definindo-a como um conjunto de proposições descritivas e normativas acerca da natureza, do homem e da sociedade. Estas proposições apresentam dois critérios fundamentais que as definem como sendo culturais nomeadamente: primeiro, são tradicionais porque são desenvolvidas na experiência histórica dos grupos sociais e enquanto património social através da endoculturação e menos da sua experiência privada. Segundo, as proposições culturais são codificadas como signos colectivos mais do que como privados.

Na sua definição de cultura, Seidman (s.d) faz uma distinção entre cultura material e cultura não material. A cultura é vista como uma soma das realizações materiais e intelectuais. Cultura consiste então nos objectos físicos produzidos por uma sociedade; no modo como as ideias, convicções e conhecimentos são organizados por esta mesma sociedade; e nos padrões de comportamento aceites e praticados por esta mesma sociedade.

Entendemos que o conceito de cultura é definido sob perspectivas diferentes provocando discussões entre os autores contudo, para a análise das percepções e práticas dos munícipes em relação ao lixo, cultura consiste neste conjunto de conhecimentos, ideias, hábitos e padrões de comportamento que são partilhados por um determinado grupo de indivíduos como resultado da sua convivência social.

O segundo conceito a definir é o conceito de percepção. Na sua obra Stevens (1994) traz-nos diferentes abordagens sobre este conceito. A primeira é apresentada por Pocok e Hudson (1978) considerando que:

“no sentido clássico e rígido a percepção está relacionada a situações onde o estímulo está presente sendo um meio passo dentro de um processo hierárquico de consciência sensoria entre a sensação que é a resposta inicial desorganizada ao estímulo e à

cognição que representa a consciência geral da soma de todos os estímulos prévios..."(1994:7).

Para estes autores, por conseguinte, a percepção não é usada no sentido estritamente físico mas, extensivamente – aliado à cognição, consciência ou até ao entendimento" (ibd.).

Tuan (1974) e Caduto (1985) citados por Stevens (1994) definem que as percepções cobrem um grande número de variáveis que contribuem para o conhecimento individual, atitudes e visão do mundo. O processo do pensamento humano integra percepções e estas desenvolvem em direcção à crenças estruturadas. Estas crenças consistem em cognição (conhecimento), afeição (emoção) e elementos activos (acção). Estes elementos conjugados representam a percepção.

Na sua análise Stevens (1994) defende que em qualquer momento, diferentes variáveis influenciam as percepções individuais e são responsáveis pelo comportamento e atitudes individuais que podem levar a uma acção colectiva. Quanto à percepção comunitária, Stevens afirma que esta desenvolve-se dentro da qual um código de conduta colectivo baseado em percepções partilhadas é realizado.

Este argumento apresentado por Stevens revela-se de extrema importância para o nosso entendimento do conceito de percepção pois a sua definição está muito associada à Psicologia área que não consideramos importante para a presente análise mas, sob o ponto de vista das variáveis este conceito permite-nos perceber que há um conjunto de factores (variáveis) que contribuem para o processo do conhecimento resultando em atitudes individuais ou colectivas em relação ao lixo.

O conceito de discurso será definido enquanto prática. Foucault (1997), defende que temos uma formação discursiva,

"no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objectos, os tipos de enunciação, os

conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (1997:44)

Esta formação discursiva obedece a certas condições (objectos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). Estas regras significam condições de existência mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva.(ibd.)

Foucault (1997), defende que as condições para que apareça um objecto de discurso são inúmeras e importantes significando que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época. Não é fácil dizer uma coisa nova, não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência para que logo se iluminem e na superfície do solo lancem sua primeira claridade, o objecto não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob condições positivas de um feixe de relações.

Estas relações são estabelecidas entre instituições, processos económicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação e modos de caracterização. Estas relações não estão presentes no objecto mas são o que lhe permite aparecer.

O conceito de gestão é também trazido para a presente discussão. Num sentido lato apresentado por Costa e Melo (1989), gestão significa governar, dirigir e administrar. Este conceito é definido sob diferentes perspectivas de acordo com a área a estudar por isso trazemos aqui algumas abordagens que consideramos importantes para este estudo.

Sob o ponto de vista do Município, Meyer (1997) citado por Macuácuca (2002) define a gestão municipal como o sistema ou conjunto de agentes, processos e actividades que administram os serviços públicos de interesse municipal. Numa perspectiva diferente, a agência ambiental (s.d) entende a gestão ambiental como o conjunto de princípios, estratégias e directrizes de acções e

procedimentos para proteger a integridade dos meios físico e biótico, bem como a dos grupos sociais que deles dependem.

Por outro lado, a gestão comunitária do lixo (www.agenciambiental.go.gov.br/cartilha/), dá destaque ao processo democrático de decisão e acção, em que todos os interessados no sistema de resíduos sólidos participam do diagnóstico, planeamento, elaboração, execução, avaliação e melhoria permanente dos processos de projectos comunitários. No caso do Município de Maputo a gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central é analisada através das políticas implementadas pelo Município uma vez que na perspectiva da gestão comunitária estes residentes não participam no diagnóstico, planeamento e elaboração mas são apenas executores finais destas mesmas políticas.

O último conceito a definir é o lixo que também apresenta diferentes abordagens dependendo dos objectivos pretendidos. Zimba (2002), realça que não é uma tarefa fácil definir o lixo urbano pois a sua origem e formação estão ligadas à inúmeros factores tais como: variações sazonais, condições climatéricas, hábitos e costumes, variações na economia. Contudo, é comum definir o lixo como todo e qualquer resíduo que resulte de actividades diárias do homem na sociedade. Estes resíduos compõem-se basicamente de sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, trapos, couros, madeira, latas, vidros, lamas, gases, vapores, poeiras, detergentes e outras substâncias descartadas pelo homem no meio ambiente.

Colaço (2001) apresenta uma definição semelhante do lixo referindo-se ao conjunto de objectos que deixou de ter utilidade e do qual nos desfazemos: caixas, papéis de todo o tipo, cadeiras, electrodomésticos variados, bijuteria sem uso, peças de vestuário, restos de alimentos, etc. Numa abordagem mais geral Corson (1993) refere que o lixo é gerado em cada estágio do nosso uso de materiais, de sua extracção e processamento a seu abandono como itens usados. Essas sobras são variadamente denominadas refugo, sucata, entulho, restos e esgoto dependendo de que tipo de material se trata, e onde estão e do ponto de vista de quem fala.

Uma diferenciação feita por Rand et al (2000) distingue o lixo doméstico, comercial, institucional, industrial e o da varredura, porém, importa-nos o lixo doméstico que é resultado das actividades domésticas incluindo a preparação de comida, vestuário e mobiliário usado, utensílios e equipamentos obsoletos, caixas, papel e restos de actividade jardineira.

Este trabalho pretende analisar o lixo doméstico que é resultado das diferentes actividades realizadas pelos residentes do Bairro Central não sendo para nós importante a sua definição exacta pois muitas vezes o que é considerado lixo para um nível social pode ser recurso para outros no sentido de aproveitar os restos para a alimentação, alojamento e outras formas de aproveitamento.

1.7 Quadro teórico

A perspectiva teórica que guiou a leitura do nosso objecto privilegiou a abordagem interpretativista de Clifford Geertz para fazer uma leitura antropológica das percepções e práticas dos residentes do Bairro Central em relação ao lixo.

O discurso de Geertz (1989) sobre a interpretação das culturas, desenvolve-se à volta da descrição feita pelo antropólogo sobre uma determinada cultura. Esta descrição constitui uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. Esta experiência apresenta os seus constrangimentos pois o antropólogo é também um ser social acarretando com isto todas as consequências na análise do seu objecto.

Para Geertz sob o ponto de vista antropológico, a interpretação é uma construção e leitura do que acontece daí que divorciá-la das suas aplicações é torná-la vazia. Uma boa interpretação de qualquer coisa leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar. Por outro lado, sob o ponto de vista da

dimensão, a interpretação é microscópica pois o antropólogo aborda interpretações mais amplas e análises mais abstractas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos¹⁷.

Sobre a teoria para Geertz escrever uma Teoria Geral da Interpretação constitui uma tarefa difícil pois a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstractas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles.

Como podemos constatar, a perspectiva interpretativista de Geertz assenta principalmente nas descrições antropológicas de segunda ou terceira mão pois a primeira é feita pelo nativo de determinada cultura. A construção do discurso social pelo antropólogo sem dissociá-lo da realidade é de extrema importância para o nosso estudo pois as percepções recolhidas dos residentes do Bairro Central são discursos por eles veiculados que não podem ser dissociados das suas práticas em relação a gestão do lixo. Na perspectiva de Geertz pretendemos analisar os discursos dos residentes do Bairro Central em relação à gestão do lixo, discursos estes que representam as suas estruturas conceptuais sem dissociá-las das práticas a elas associadas.

¹⁷ Geertz refere-se também às descrições em grande escala, de sociedades inteiras, civilizações, acontecimentos mundiais e assim por diante.

Capítulo II

CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE MAPUTO E DO UNIVERSO DE PESQUISA

2.1 Caracterização da cidade de Maputo

Após a reorganização político-administrativa ocorrida com o processo de autarcização no país, o Município de Maputo segundo o Anuário Estatístico(1999), foi redefinido em termos geográficos, passando a ocupar uma área de 316km². Actualmente, este Município estende-se desde o extremo norte do rio Maputo, à faixa oeste da baía de Maputo (incluindo as regiões de Catembe e Inhaca), ao limite com o Município da Matola e o distrito de Marracuene.

Em termos de situação populacional, o Anuário Estatístico (1999) refere que o Município de Maputo possuía em 1999 uma população de cerca de 1.007 584 habitantes e actualmente, o Instituto Nacional de Estatística (2002) faz uma estimativa da população em cerca de 1.044 618 habitantes.

Quanto à divisão administrativa (id), o Município de Maputo está dividido em 7 distritos municipais que por sua vez subdividem-se em 37 bairros urbanos, periurbanos e suburbanos. Em relação ao Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) este, está estruturado em 5 distritos municipais ordenados de 1 a 5, aos quais acrescentam-se os distritos municipais de Catembe e Inhaca fazendo todos parte do Município de Maputo.

O Distrito Municipal nº 1 localizado na zona urbana da cidade, é composto pelos Bairros do Alto-Maé, Central, Malhangalene, Coop, Sommerchild, Polana Cimento e Triunfo. O Distrito Municipal nº 2 onde começa a zona peri-urbana e suburbana é composto pelos Bairros do Chamanculo,

Xipamanine, Malanga, Minkadjuine, Unidade 7 e Aeroporto. O Distrito Municipal nº 3 é composto pelos Bairros de Maxaquene, Mafalala, Urbanização e Polana Caniço.

O Distrito Municipal nº 4 é composto pelos Bairros de Mavalane, Hulene, Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), Laulane, Ferroviário, 3 de Fevereiro, Mahotas, Albasisni e Costa do Sol. O Distrito Municipal nº 5 é composto pelos Bairros Luís Cabral, Jardim, Inhagóia, Salene, 25 de Junho, Bagamoio, Jorge Dimitrov, Zimpeto, Magoanine e Malhazine.

2.1.2 Caracterização do universo de pesquisa

O universo desta pesquisa constitui o Bairro Central que divide-se em três áreas nomeadamente. Central A que cobre as avenidas Guerra Popular, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. A área do Central B, que cobre as avenidas Guerra Popular, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e Ho Chi Min. Por último a área do Central C que cobre as avenidas Guerra Popular, Ho Chi Min até à Patrice Lumumba passando pela marginal na avenida 10 de Novembro, Mártires de Inhaminga indo terminar no cruzamento com a Guerra Popular.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (1997), em termos de situação populacional o Distrito Municipal nº 1 do qual faz parte o Bairro Central, possuía até 1997, 154.284 habitantes. Em relação ao universo de pesquisa, o Bairro Central A possuía um total de 13.110 habitantes dos quais 6.486 são homens e 6.624 são mulheres. O Central B, possuía um total de 14.806 habitantes dos quais 7.449 são homens e 7.357 são mulheres. Por último, o Central C possuía um total de 9.885 habitantes dos quais 5.161 são homens e 4.724 são mulheres.

O Bairro Central, é um dos bairros mais movimentados da zona de cimento da cidade de Maputo devido a vários factores dentre os quais o facto de estar situado em algumas das principais avenidas, Eduardo Mondlane, 24 de Julho e 25 de Setembro. Estas avenidas, constituem as principais vias de

circulação para os automobilistas e alguns transportes semi-colectivos permitindo um movimento constante de munícipes neste bairro.

Um outro factor que contribui para que haja bastante mobilidade neste bairro, é o facto de ser constituído por lojas e serviços. O Bairro Central possui no geral uma grande zona residencial constituída por moradias e prédios que tem em média entre três a quinze andares¹⁸. A maioria dos prédios apresenta uma pintura branca e velha e os elevadores a muito tempo que deixaram de funcionar havendo contudo algumas excepções. O Bairro Central C, que cobre a zona da baixa da cidade constitui principalmente uma área de serviços onde podemos encontrar bancos, instituições do Estado¹⁹, escritórios e o Mercado Central. Na zona das barreiras os eucaliptos estão a sendo substituídos por uma área comercial que se desenvolve caracterizando-se principalmente por escritórios que oferecem os mais variados serviços dentre os quais bancos, restaurantes e bombas de gasolina.

Por outro lado, este bairro possui um número elevado de lojas, de vendedores ambulantes e vendedores que ocupam os passeios fornecendo uma variedade de produtos não só aos residentes mas também aos restantes munícipes desta cidade. Estes factores entre si conjugados constituem condições de possibilidade para uma grande mobilidade de indivíduos no Bairro Central permitindo a concentração de lixo produzido pelos residentes, lojas, vendedores ambulantes e pelos indivíduos que aqui circulam com os mais diversos objectivos.

¹⁸ Nos bairros Central A e B é comum encontrar apartamentos particulares.

¹⁹ Ministérios (da cultura, do trabalho, do interior e das finanças), o Conselho Municipal da Cidade de Maputo, Direcção de Identificação Civil e outros.

Em termos de produção do lixo, o Bairro Central é apontado pela DMSC na sua divisão como sendo uma das áreas que produz maior quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) na cidade de Maputo. As condições de mobilidade apresentadas constituem um dos factores pois há neste bairro um movimento constante de pessoas provenientes de outras áreas, contribuindo para este cenário.

Nos bairros Central A e B encontramos também um grande número de moradias e de prédios verificando-se deste modo a concentração de lixo produzido pelos residentes. Na área que abrange o Central C, além da zona residencial, aqui localiza-se a baixa da cidade onde se encontra a área comercial com lojas, escritórios, mercados e vendedores ambulantes que contribuem também para a produção do lixo devido à grande concentração e mobilidade de pessoas nesta zona.

As observações sobre a recolha realizada pelas viaturas da DMSC permitiram-nos verificar que o lixo produzido no Bairro Central é caracterizado principalmente por áreas. Na zona do Central A e B o lixo é constituído principalmente por restos de comida, garrafas, latas, plásticos, embalagens diversas, folhas de árvores pedras e areia. Na zona do Central C, por caixas, papéis, garrafas e latas. Em alguns contentores, foi possível observar que o lixo é depositado directamente sem estar conservado nos sacos plásticos.

2.2 Situação do lixo e sua evolução

A recolha do lixo na cidade de Maputo sofreu uma mudança a partir dos princípios dos anos 90 quando o sistema de contentores foi introduzido como consequência de um donativo proveniente do governo espanhol. Anteriormente, o lixo era depositado em frente às residências e os camiões da extinta Direcção de Salubridade Urbana (DSU) faziam a sua recolha.

Contudo, a produção do lixo sofreu também neste período um aumento daí que sejam pertinentes certos aspectos que condicionam a sua produção. Segundo Lima (1991) citado por Zimba (2002), “a

evolução da produção do lixo depende da evolução da população, do aumento da produção do PNB e da capacitação²⁰.

Zimba (2002) refere ainda que houve um aumento da produção de lixo de 200 toneladas/dia em 1997 para 220 toneladas/dia em 2000 e o director dos Serviços de Salubridade (SS) João Mucavel afirma que actualmente a cidade de Maputo produz diariamente entre 600 e 700 toneladas de RSU (Jornal Notícias 19/10/2002).

Deste número, segundo o presidente do CMCM Artur Canana, somente 300 toneladas são recolhidas diariamente devido a falta de meios circulantes para pôr cobro a esta situação (Telejornal de 16/04/2003). Como se pode observar, passados seis anos houve um aumento de 600 toneladas na produção do lixo que não foi acompanhado por uma resposta em termos de meios técnicos e materiais.

No concernente a este aumento da produção do lixo a DMSC estabeleceu uma divisão da cidade para fazer a sua gestão por bairros que consiste no seguinte: 1A que corresponde ao Bairro do Alto Maé B, 1B que corresponde ao Bairro do Alto Maé A, 2A que corresponde aos Bairros Central B e C, 2B que corresponde aos Bairros Central A e Malhangalene A, 3A que corresponde ao Bairro Polana Cimento A, 3B que corresponde ao Bairro Polana Cimento B, 3C que corresponde ao Bairro da Sommerchild e por último 4 que corresponde ao Bairro Malhangalene B.

Segundo palavras do Sr. Lição, as zonas que produzem maior quantidade de lixo são, 1B, 2A, 2B e 4. Das zonas referidas, o universo desta pesquisa contribui para esta quantidade de lixo produzida. A DMSC faz também uma distinção da zona especial que é constituída pelas vias mais visíveis, mais longas e mais usadas que se situam principalmente no centro da cidade nomeadamente,

²⁰ O autor define capacitação como sendo o peso dos resíduos produzidos por habitante e por dia (ou outra unidade de tempo). Calcula-se a partir da população servida pelo sistema de recolha e não a partir da população total.

avenidas Eduardo Mondlane, Ahmed Sekou Touré, 24 de Julho e 25 de Setembro que actualmente já não faz parte.

Sobre o tipo de lixo produzido, houve uma grande diversificação devido aos imperativos do mercado. Segundo Gove,

“presentemente verifica-se uma grande sofisticação das embalagens (telemóveis, telefones fixos, computadores, aparelhagens, brinquedos, carros, etc.) bem como o crescimento no uso de produtos movidos à bateria e pilhas. Todos estes aparelhos vão ficando fora de moda anualmente e até mensalmente, com a introdução de novidades, o que inflaciona o seu consumo. O resultado disto é o aumento de descarte de produtos para o lixo, criando-se grandes lixeiras nas cidades com problemas para o ambiente”.
(2001:2).

O lixo apresenta outras características importantes principalmente quando falamos a nível doméstico nomeadamente, todos os resíduos resultantes de actividades domésticas (restos de comida, garrafas, papéis, plásticos, invólucros, águas negras, etc).

Corson (1993) defende que em relação ao lixo municipal referimo-nos não só aos restos que surgem nas residências mas também nos estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias, instituições e entidades governamentais. Quando falamos sobre a tipologia do lixo várias definições podem ser dadas dependendo da utilidade que este tem bem como do ponto de vista do que se considera lixo por quem o define. Na cidade, o lixo produzido é maioritariamente caracterizado por restos de produtos alimentares, folhas, capim, relva e embalagens (caixas, plásticos, garrafas).

RESPOSTA DOS ÓRGÃOS (IN) COMPETENTES

2.3 Como está organizado o Município

Antes de fazer uma caracterização do CMCM, iremos mencionar o período colonial para uma melhor compreensão da estrutura que actualmente existe. O actual CMCM, surge como consequência da extinta Câmara Municipal de Lourenço Marques (CMLM) embora tenham havido algumas alterações quanto à sua ocupação territorial e estrutura administrativa.

A 9 de Dezembro de 1876, foi criada a vila de Lourenço Marques e a 10 de Novembro de 1887 esta vila foi elevada à categoria de cidade (Boletim Municipal n° 2 de 1967, p.47-66). Em 1935, a CMLM constituiu-se pela primeira vez a partir de eleições municipais. Os artigos 493 e 495 do documento da Reforma Administrativa Ultramarina conferiam competências e atribuições administrativas à CMLM, que compreendiam entre outras a salubridade pública onde faziam parte os pelouros de vereação de algumas áreas como: jardins, parques e arborização, salubridade geral e cemitérios.

Segundo Macuácuca (2002), com a independência em 1975 a CMLM e todos os seus órgãos são extintos oficialmente pelo governo. A antiga cidade de Lourenço Marques passa a chamar-se cidade de Maputo e com a instituição dos Conselhos Executivos da cidade no país, através da lei 7/78 de 22 de Abril, a cidade de Maputo passa a estar sob a administração directa do Conselho Executivo da Cidade de Maputo (CECM) que orientava a administração de todos os serviços urbanos desta cidade através da Direcção de Salubridade Urbana (DSU). Na DSU, estavam concentrados todos os departamentos e secções para as várias actividades e serviços urbanos como higiene e salubridade, parques, jardins entre outros.

Com o processo de descentralização administrativa e autonomização²¹ dos órgãos locais, surgem os primeiros onze distritos municipais de cidades capitais estando neles incluída a cidade de Maputo. Quanto a esta cidade o CECM passa para o actual CMCM.

Segundo Macuácuca esta lei,

“definiu entre outros aspectos, a organização, os deveres e as competências dos órgãos do Município. Em função destes aspectos, a CMCM edificou uma estrutura de administração dos seus serviços através de uma divisão intra-organizacional, ou seja, os serviços encontram-se sob a responsabilidade de unidades e sub-unidades municipais que são os pelouros de vereação, as direcções municipais e os respectivos departamentos e secções” (2002:22).

Quanto aos serviços de remoção e tratamento do lixo, destaca-se a implantação de uma direcção autónoma, a Direcção Municipal de Salubridade e Cemitérios (DMSC) no ano 2000²². Esta direcção, enquadra-se no conjunto das várias direcções municipais contrariamente ao período anterior onde existia apenas uma única direcção, a DSU que respondia por todos os serviços urbanos.

Não obstante as modificações resultantes do processo de descentralização, verifica-se que a DMSC ocupa o mesmo dispositivo deixado pelo extinto CECM e segundo Macuácuca,

“quer em termos de instalações físicas, locais de trabalho, da disposição das suas sub-unidades, dos seus funcionários, dos modelos de recolha de lixo, dos locais de depósito de lixo urbano e dos métodos de tratamento de lixo após a sua remoção. Os serviços de salubridade urbana para além da remoção e tratamento do lixo, continuam a englobar outras actividades como a varredura de arruamentos, a limpeza e manutenção de fossas e drenos, a manutenção e conservação dos cemitérios” (2002:34).

²¹ Baseado na lei 8/97 de 31 de Maio.

²² Outras direcções municipais foram também instituídas neste ano.

vocacionadas. Porém, este contrato com a empresa InterWaste foi prorrogado a 7 de Junho de 2001 por mais dois meses.

Macuácu (2002) refere que o equipamento usado por esta empresa era constituído por quatro camiões, dois dos quais especializados para a recolha de lixo em contentores de 6m³. um para a recolha de entulhos e lixo compactado, um para contentores de 19m³ e ainda uma carrinha pequena para serviços de supervisão das actividades diárias.

Segundo o Sr. Augusto Cumbi³¹, “esta empresa dispunha de uma capacidade técnica e material superior à QUIMILAR o que lhe permitia cobrir com a recolha do lixo na sua zona de acção”.

O contrato com esta empresa durou apenas até Setembro do mesmo ano e a sua suspensão está associada ao facto de o CMCM não cumprir com os pagamentos, facto este que chegou a ultrapassar dois meses de dívida.

Após a suspensão do contrato com a empresa InterWaste, a gestão do lixo passou a ser feita somente pela DMSC. A 4 de Março de 2002, o CM, publicou no jornal Notícias um convite para concurso com o seguinte teor:

Prestação do serviço de recolha, transporte e deposição dos RSU.

- 1. O CMM convida firmas elegíveis a submeter em carta fechada para o fornecimento de serviços de recolha, transporte e deposição dos RSU, inclusive contentores e camiões de recolha correspondentes.*
- 2. O CMM tem a intenção de contratar os serviços para zona de cimento do Município em dois lotes. Os concorrentes são convidados a apresentar duas propostas para os serviços solicitados.*

³¹ Chefe da Repartição de gestão de pessoal da DMSC.

3. Período de contrato previsto de seis meses renováveis.

A empresa que melhor respondeu aos requisitos avançados pelo CMCM, foi a Neoquímica que iniciou as suas actividades em meados de 2002, estando sob sua gestão a recolha do lixo na zona de cimento da cidade. Para a realização das suas actividades, esta empresa colocou à disposição dos munícipes vinte contentores de 2 m³ e alguns camiões para a recolha de lixo. A esta empresa, foi atribuída a zona que parte da avenida Karl Marx até a Costa do Sol, abrangendo uma parte do Bairro Central, e os Bairros da Coop, Malhangalene, Polana Cimento, Sommerchild.

Segundo o Sr. Augusto Cumbi, “esta empresa foi a pior em termos de recolha do lixo pois, não tinha capacidade técnica e material e as suas viaturas avariavam em pleno trabalho de recolha do lixo”.

Como resultado de uma dívida de 625 000.000,00 de Meticais (MT) referentes a pouco mais de dois meses de serviços contraída pelo CMCM, a Neoquímica retirou em Outubro de 2002 os seus contentores que haviam sido colocados nas diversas artérias da cidade e posteriormente seguiu-se a retirada dos camiões desta mesma empresa.

Após a rescisão do contrato com esta empresa como resultado da dívida contraída pelo CMCM, a gestão do lixo volta de novo a estar sob responsabilidade única dos DMSC até aos dias de hoje.

2.4.1 A taxa de limpeza

Consideramos importante dar uma atenção à taxa de limpeza que constitui uma das principais políticas aprovadas pelo CMCM como forma de resolver o problema do lixo na cidade. A adopção desta política responde não só às necessidades da DMSC em termos de gestão do lixo, mas também às necessidades financeiras das empresas contratadas em termos de pagamento por parte do

Município daí a importância desta taxa para uma compreensão da gestão do lixo na cidade de Maputo.

A taxa de limpeza começou a ser discutida pela Assembleia Municipal em 1998 altura em que se chegou a avançar com a proposta dos valores da taxa que se situavam entre 5 a 10.000,00 MT. A implementação desta política teve o seu início no mês de Maio de 2001 através do pagamento por via da factura de energia eléctrica cobrada pela Electricidade de Moçambique (EDM). Esta empresa entra neste processo como resultado de um acordo celebrado com o Município para abranger todos os munícipes consumidores de energia eléctrica inscritos na EDM. A cobrança da taxa às famílias não consumidoras de energia eléctrica seria feita mediante a cobrança directa do Município no valor de 5.000,00 MT.

Na Postura³² sobre a limpeza da cidade (Jornal Notícias 14/01/2002), o capítulo XII sobre a tabela de taxas e de multas refere no seu artigo 5º que:

1. *Pela utilização dos serviços municipais nas operações de limpeza, quando solicitada ou imposta são cobradas do Anexo I.*
2. *As contravenções à Postura são punidas com multas constantes do Anexo II.*

Pode-se ver no Anexo I, no quarto item com o título *Remoção de lixo – taxa mensal* o seguinte:

- a) *Por cada fogo ou família consumidora de energia eléctrica dentro do sistema de taxa doméstica de electricidade de Moçambique, paga-se uma taxa mensal de 20.000,00 mt;*
- b) *Por cada fogo ou família não consumidora de energia eléctrica ou, consumidora desta no sistema de taxa social da electricidade de Moçambique, paga-se uma taxa mensal de 5.000,00 mt;*

³² Postura aprovada através da Resolução 39/2001 de 5 de Novembro.

- c) *Por cada instituição de serviços, de unidade industrial, pensão, residencial, bar, restaurantes e outros, paga-se uma taxa mensal de 400.000,00 mt;*
- d) *Por cada hotel de 1 e 2 estrelas, supermercados, comércio grossista e clínica privada, paga-se uma taxa mensal de 600.000,00 mt;*
- e) *Por cada hotel de 3 a 5 estrelas, paga-se uma taxa mensal de 5.000.000,00 mt;*
- f) *Hospital e unidades sanitárias públicos estão isentos do pagamento desta taxa.*

O argumento apresentado pelo Município para a introdução da taxa de limpeza, está associado ao facto de esta instituição reconhecer a sua incapacidade para a recolha do lixo que resulta na falta de meios técnicos e materiais. Para o Município, esta taxa iria contribuir para a compra dos meios necessários como contentores, viaturas e a sua manutenção que permitiriam uma gestão eficaz do lixo.

A cobrança desta taxa foi objecto de várias críticas pelos cidadãos da cidade de Maputo como resultado dos critérios adoptados que não tomaram em conta as diferentes realidades existentes em relação aos principais visados por esta taxa.

Do conjunto de reclamações que os munícipes levantaram destacam-se, o facto de esta cobrança não ter uma resposta satisfatória pelo Município em termos de recolha do lixo. Uma outra irregularidade apresentada, são os critérios associados à sua cobrança ou seja, a taxação elevada para negócios precários³³. Por último a cobrança desta taxa nos bairros periféricos sem uma resposta eficaz em termos de recolha do lixo constituiu também uma das preocupações apresentadas pelos munícipes³⁴.

³³ Estamos a falar por exemplo, de uma barraca no mercado Maxaquene que paga 400.000,00mt de taxa.

³⁴ Para uma melhor informação sobre as preocupações apresentadas pelos munícipes pode-se consultar o jornal Notícias dos dias, 27 de Abril de 2001, 16 de Março de 2002, 19 de Março de 2002, 22 de Março de 2002, 30 de Março de 2002.

Quanto a estas reclamações o Presidente do CMCM Artur Canana, afirmou que “antes de iniciar com as cobranças a edilidade deveria ter instalado uma capacidade de resposta. Porém, tal facto não foi possível porque não há disponibilidade financeira para o efeito” (Jornal Notícias 16/03/2002).

Ainda sobre estas reclamações, a EDM empresa responsável pela cobrança distanciou-se de qualquer responsabilidade. Através de um comunicado divulgado pela área comercial de Maputo, esta empresa afirma que “quaisquer reclamações de pessoas singulares ou colectivas relacionadas com as taxas em vigor, deverão ser apresentadas aos órgãos competentes destes municípios” (id.).

Contudo, os Municípios não eram capazes de dar uma resposta no concernente às reclamações dos munícipes e como resultado desta situação, a cobrança da taxa de limpeza foi interrompida em meados de 2002 para uma correcção das irregularidades constatadas no processo na sequência das várias reclamações apresentadas pelos munícipes. Entre as irregularidades verificadas aponta-se a inclusão dos negócios precários na taxação elevada, a falta de equilíbrio no estabelecimento dos valores cobrados, a não possibilidade de reclamação da taxa por parte dos consumidores de energia pois a EDM iria apenas cobrar o valor estipulado e para além de que a cobrança não foi feita por zonas (Jornal Notícias 14/03/2003).

Após esta interrupção durante sensivelmente um ano, o CM publicou a Resolução n.º 79/2002 de 27 de Dezembro (Jornal Notícias 17/01/2003) que declara o seguinte:

Tendo o Conselho Municipal usado o dispositivo previsto no artigo 4 da Resolução n.º 39/200, de 5 de Novembro, e impondo-se a compatibilização com a prática da EDM, E.P., a Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo n.º 3 do artigo 45 da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, determina:

Artigo 1: *As taxas de limpeza constantes da Postura de Limpeza aprovada pela Resolução n.º 39/2001, de 5 de Novembro, a cobrar através da EDM – Electricidade de Moçambique, E.P., constarão da factura emitida por esta empresa aos seus clientes.*

Artigo 2: O prazo de cobrança das taxas será estabelecido pela EDM para o pagamento das facturas de energia eléctrica.

Artigo 3: Pela falta ou mora no pagamento das taxas a que se refere o artigo 1 serão aplicadas as penalidades previstas pela EDM para idênticas infracções cometidas pelos consumidores de energia eléctrica.

Artigo 4: Até 28 de Fevereiro, o Conselho Municipal organizará um mecanismo de atendimento de sugestões e reclamações apresentadas pelos munícipes.

Artigo 5: Esta Resolução entra em vigor no dia 2 de Janeiro de 2003.

Como resultado da correcção de algumas³⁵ das irregularidades mencionadas que levaram à interrupção da cobrança da taxa, após uma auscultação dos munícipes com o objectivo de colher contribuições para a elaboração de uma proposta naquele sentido, a Resolução aprovada entrou em vigor a partir do mês de Março de 2003 com a assinatura de um contrato entre a EDM e a edilidade para a prestação de serviços de facturação e cobrança da taxa de limpeza.

A edilidade argumenta que através das receitas obtidas com esta taxa haverá uma maior realização de investimentos no sector de salubridade que não só se debruça com a falta meios materiais de trabalho, mas também com a condição social e económica dos trabalhadores (Jornal Noticias 8/04/2003).

³⁵ Referimos algumas irregularidades pois a cobrança continua ainda a ser feita através do sistema de facturação da EDM sem estar criado o mecanismo que permite ao munícipe reclamar e sugerir em relação a esta taxa por exemplo na situação em que o lixo não está a ser recolhido com a regularidade desejada.

2.4.2 Sucessos e fracassos

Os sucessos e fracassos das políticas adoptadas pelo CM para a gestão do lixo na cidade de Maputo, serão analisados com base na prática discursiva para legitimar as decisões tomadas por esta instituição.

Três argumentos caracterizam os discursos veiculados pelo Município para justificar os sucessos e fracassos na gestão do lixo, nomeadamente: a falta de meios técnicos e materiais, a falta de cultura urbana por parte dos munícipes e a suspensão da cobrança da taxa de limpeza.

Quanto ao primeiro argumento, a falta de meios técnicos e materiais caracteriza-se pela exiguidade e avaria constante das viaturas, pelo número reduzido de contentores para responder às necessidades da cidade de Maputo em termos de depósito do lixo e pela falta de outros meios materiais para o trabalho de recolha do lixo.

A avaria constante das viaturas constitui um dos argumentos que permite ao Município legitimar o seu discurso no que se refere aos fracassos no processo de recolha do lixo daí que é constante ouvir as autoridades municipais afirmarem que o agravamento da situação do lixo “é atribuído à avaria da maior parte da sua frota de viaturas de remoção” (Jornal Notícias 8/10/2002).

Numa das suas intervenções, o director do DMSC João Mucavel, afirma que “neste momento apenas dois camiões de remoção é que garantem o trabalho de limpeza na zona de cimento. No total são oito camiões que constituem a frota dos seus serviços” (id.).

Este discurso sobre a falta de meios materiais é frequentemente veiculado em diferentes períodos pelo Município quando a situação do lixo na cidade torna-se incontrolável verificando-se a concentração de grandes focos pelas ruas da cidade. No artigo “*Lixo volta a tomar conta de*

Maputo” (Jornal Notícias 31/01/2003) as autoridades municipais afirmam que esta situação é reconhecida mas dizem ser tudo culpa da avaria dos camiões de recolha. Este é o argumento em que se fundam as posições do director da DMSC, João Mucavel que afirma o seguinte, “a urbe está actualmente a funcionar com três a quatro carros/dia, contra os habituais nove necessários para uma limpeza minimamente aceitável”.

Esta avaria constante das viaturas é ainda realçada pelas autoridades municipais por não ser possível garantir a reparação e a manutenção regular daquelas unidades porque os seus serviços não dispõem de dinheiro para o efeito (Jornal Notícias 8/10/2002).

Como consequência desta situação e agravada ainda pelo facto de estas viaturas sofrerem uma sobrecarga para responder à grande concentração do lixo na cidade, verifica-se que alguns meses após a sua compra as mesmas sofrem constantes avarias contribuindo assim para que hajam focos de lixo na cidade.

Ainda sobre a falta de meios materiais o número reduzido de contentores distribuídos pela cidade constitui um dos argumentos para a prática discursiva do Município. Segundo o Vereador Yok Chan (Jornal Notícias 15/03/2001), a cidade de Maputo necessita de um total de 1800 contentores com capacidade de 800 litros cada para condicionar as cerca de 500 a 600 toneladas produzidas diariamente pelos munícipes. Contudo, a cidade possui actualmente cerca de 355 contentores diversos sendo em maior número os de 800 litros (são 135 contentores).

O Vereador Yok Chan afirma que além de uma má manutenção por parte da edilidade “é preciso dizer que houve também sabotagem por parte dos munícipes, se bem que se recordam, os contentores tinham tampas de fibra mas as pessoas andaram a depositar o lixo com carvão aceso e/ou beatas de cigarros e o resultado é aquele que assistimos, as tampas queimaram e outras foram pura e simplesmente quebradas em actos de puro vandalismo” (id.).

Esta questão da falta de meios técnicos e materiais é também corroborada pelo Sr. Lição que afirma que, “como o número de viaturas existentes em funcionamento não cobre as áreas de recolha, verificando-se muitas vezes a concentração de lixo pelas ruas da cidade o que exige que se estabeleçam os pontos críticos de forma a racionalizar os meios existentes”.

A chefe do Departamento de Higiene e Salubridade, Sra. Hermenegilda Psungo também referiu-se aos problemas na gestão do lixo que se traduzem pela falta de meios para o trabalho como luvas, vassouras, viaturas e contentores insuficientes.

No que se refere aos trabalhadores, esta entrevistada argumentou que há uma falta de capacitação em termos de higiene no que se relaciona ao manuseamento do lixo e a importância da actividade que exercem. Na área dos recursos humanos a falta de incentivos é também um dos problemas levantados pois o baixo salário oferecido pela edilidade tem como consequência o reduzido número de trabalhadores para satisfazer as necessidades de gestão do lixo.

Nos esforços de reverter o problema dos contentores, em Janeiro de 2002 foram colocados 75 contentores com capacidade de 800 litros cada nas avenidas Eduardo Mondlane e 24 de Julho apesar de o número situar-se aquém das necessidades pois nos locais onde estes não estão disponíveis, os munícipes depositam o lixo na via pública.

Estes contentores ostentam numa das faces algumas mensagens que se espera que sejam educativas sobre os procedimentos que os cidadãos devem tomar na sua utilização nomeadamente, que tipo de lixo deve ser depositado nos contentores, a proibição de queimar o lixo dentro dos contentores incluindo um apelo para a observância do horário das 17.00 às 20.00 horas para a deposição do lixo nos contentores. Foram também colocados sinais gráficos sobre as precauções que devem ser tomadas no uso dos contentores³⁶.

³⁶ Esta informação consta na Postura, Capítulo I, artigo 4º. Âmbito de Limpeza.

Para os casos de violação destas normas foram colocados nos mesmos contentores números telefónicos de emergência. Ainda nestes esforços de minimização do problema do lixo, no mesmo ano foram colocados 80 contentores de 11 litros cada nas principais artérias da cidade nomeadamente, nas avenidas Eduardo Mondlane e 24 de Julho como forma de permitir a deposição do lixo.

No que concerne aos meios circulantes referir a compra destes para a resolução do problema do lixo na cidade. Em Outubro de 2002 foram adquiridos dois camiões e em Abril de 2003 a DMSC recebeu três camiões para o trabalho de remoção dos RSU.

Estes meios materiais foram acrescidos com a doação da União das Cidades Capitais Luso-Africanas de Língua Portuguesa (UCCLA) em Junho de 2003 no âmbito da Cimeira da União Africana realizada em Maputo. Esta doação consistiu em equipamento avaliado em 250 000 Euros nomeadamente carrinhos de mão, vassouras, ancinhos, pás, baldes de lixo, botas, fatos-macacos, ferramenta diversa para assistência entre outros (Jornal Domingo 22/06/2003). Além deste material a UCCLA, enviou para Maputo um engenheiro mecânico por um período de dois meses com o objectivo de trabalhar na organização do sector das oficinas, incluindo a reciclagem do pessoal ali afecto (Jornal Notícias 23/06/2003).

Falando sobre a área profissional a Sra. Hermenegilda Psungo afirmou que actualmente há uma classificação anual dos trabalhadores como forma de incentivá-los e em termos de higiene foi feita uma consciencialização sobre a importância de recolher o lixo não só nos contentores mas também à volta destes como forma de evitar doenças.

O segundo argumento veiculado pelo Município para o insucesso das políticas adoptadas caracteriza-se pela falta de cultura urbana por parte dos munícipes. Aliado à destruição dos contentores, o Vereador Yok Chan afirma que "é o desleixo e falta de urbanidade demonstrada por

parte de alguns munícipes que não se importam de deitar o lixo em qualquer lugar, mesmo que estejam a dez passos do depósito” (Jornal Notícias 15/03/2001).

Numa das entrevistas prestadas ao jornal Notícias, o Vereador Yok Chan afirma ainda sobre o lixo que “uma cidade limpa é a que menos suja...para dizer que os problemas de lixo que afectam a cidade de Maputo resultam em larga medida da falta de asseio por parte dos munícipes que não se importam de deitar o lixo no chão mesmo que o contentor esteja vazio” (14/03/2001).

A falta de cultura urbana foi também defendida pela Sra. Hermenegilda Psungo considerando que os munícipes constituem um dos principais problemas no processo de gestão do lixo pois é “difícil lidar com eles”. A entrevistada afirma que muitas vezes os munícipes depositam o lixo no chão quando tem um contentor por perto. Um outro argumento apresentado relaciona-se ao facto de os munícipes serem os principais responsáveis pelas avarias das viaturas através do depósito de todo o tipo de lixo nos contentores incluindo o prejudicial para estes veículos.

Aliado a este facto, o Município tem desenvolvido algumas actividades de educação cívica aos munícipes com vista a desenvolver a cultura urbana e a diminuir a concentração do lixo nas ruas através da divulgação da Postura sobre a limpeza.

Esta divulgação foi feita através de um panfleto³⁷ com o título “*ABC da limpeza da cidade*” lançado em 2002 que resume a Postura. O referido panfleto, contém informações sobre a definição de lixo doméstico³⁸ do Município, onde e quando se deve depositar o lixo, como é feita a remoção do lixo doméstico e industrial, limpeza dos espaços públicos e atitudes proibidas aos munícipes.

³⁷ Panfleto lançado pelo CMCM através da DMSC com o apoio do GTZ.

³⁸ O Município define lixo doméstico como sendo todos resíduos sólidos resultantes das operações domésticas normais, tais como, restos de comida, latas, garrafas, papéis, plásticos, invólucros, etc.



A falta de cultura urbana é também defendida pelos órgãos de comunicação social referindo que com a introdução do novo horário para o depósito do lixo, o que se verifica é que ninguém cumpre com esse dispositivo e o resultado é aquele que nos é dado a assistir em qualquer esquina da cidade. ante o olhar impávido da Polícia Camarária, entidade que por direito deve fazer e mandar cumprir as Posturas da edilidade (Jornal Noticias 22/03/2002).

A suspensão da taxa de limpeza constitui o terceiro argumento do Município para os insucessos verificados no processo de recolha do lixo. A cobrança desta taxa segundo a edilidade, permitia uma recolha eficiente pois as receitas serviam para reparação das viaturas bem como para o sustento de uma gestão eficaz. Informações prestadas pelo CM apontam como fundamental causa para a debilidade financeira desta instituição o facto de os munícipes terem deixado de pagar a taxa (Jornal Domingo 20/10/2002)

Quanto à avaria constante das viaturas, estas não passam por uma revisão e manutenção constantes para a sua durabilidade³⁹. Por outro lado, pelo facto de não existir um estudo para determinar a densidade do lixo produzido nesta cidade, a constante avaria das viaturas reflecte o insucesso do Município para fazer face à esta situação.

Sobre a interrupção da cobrança da taxa, durante o período em que esta era cobrada, a recolha do lixo era feita mediante a contratação de empresas privadas nomeadamente, InterWaste e Neoquímica usando-se os meios destas empresas. Dos valores dos contratos, poucos investimentos em termos de meios técnicos e materiais foram efectuados pelo Município.

Como consequência da interrupção destes contratos, verifica-se um agravamento da situação do lixo que é resultado da falta de pagamento pelo Município tendo como consequência a retirada dos meios usados por estas empresas (viaturas e contentores).

³⁹ Segundo palavras de Sr. Lição.

O discurso veiculado pelo Município sobre a falta de fundos para a compra de meios (contentores e viaturas), é passível de questionamento pois na existência destes, a sua utilização destina-se à contratação de empresas privadas. Por outro lado, o argumento de que o sector privado estaria motivado para trabalhar pois seria remunerado é também passível de questionamento pois os contratos assinados com estas empresas foram cancelados por falta de pagamento mesmo com a cobrança da taxa de limpeza.

Porém, as autoridades municipais justificam a melhoria da situação do lixo através da aquisição de contentores e viaturas. Segundo palavras do director da DMSC “está para breve a recepção de mais dois camiões e de oitenta contentores, o que vai contribuir para a minimização da situação” (Jornal Notícias 8/10/2002). Na edição do Telejornal (6/04/2002) o Presidente do CMCM Artur Canana, afirma que “no âmbito dos apoios para a preparação da Cimeira da União Africana, está para breve a recepção de três camiões”. Estas afirmações permitem-nos perceber que a questão do lixo é minimizada ou resolvida pelas autoridades municipais através da compra de meios materiais neste caso, os contentores e as viaturas.

Os discursos apresentados pelo Município resultam de uma situação de crise que se manifesta com a concentração de focos de lixo na cidade e não por uma gestão que se caracterize por um investimento que responda realmente às necessidades materiais mesmo com o pagamento da taxa de limpeza.

Quanto aos contentores adquiridos pelo Município verifica-se que estes são sempre colocados nas mesmas artérias (avenidas 24 de Julho e Eduardo Mondlane) que fazem parte da zona especial definida pela DMSC. Esta gestão permite verificar que outras zonas são menos privilegiadas e associado à destruição e ao mau estado dos contentores existentes, este número insuficiente leva a que em algumas zonas o lixo seja depositado na via pública.

Um aspecto importante sobre a taxa de limpeza que permite perceber os problemas existentes mesmo com a sua existência, está associado ao facto de as receitas da mesma serem encaminhadas à tesouraria central do CMCM que faz a posterior distribuição do dinheiro às diferentes direcções municipais significando que, as receitas resultantes desta taxa não são geridas pela DMSC que é a instituição directamente relacionada com a gestão do lixo.

Ora, este aspecto é de extrema importância para perceber a prática discursiva da DMSC ao defender a falta de meios materiais e financeiros para uma gestão do lixo uma vez que, a gestão dos fundos provenientes do pagamento da taxa é desviado na sua maioria para outro fins que não incluem a gestão do lixo. Esta constitui sem dúvida a nosso ver, uma questão contraditória quando ao mesmo tempo justifica-se a resolução do problema do lixo através do pagamento da taxa mas estas receitas não significam o fim do eterno discurso da falta de meios.

Como resultado dos diferentes períodos de crise que a cidade apresenta em relação ao lixo, as autoridades municipais justificam-se nos órgãos de comunicação social com o seu discurso baseado nos argumentos apresentados (falta de meios materiais, falta de cultura urbana por parte dos munícipes e interrupção da cobrança de taxa de limpeza) que são passíveis de serem questionados pois apesar de criadas situações para que o cenário se altere, estes discursos continuam sendo veiculados como consequência da gestão realizada pelo Município.

CAPÍTULO III

MUNÍCIPES E CULTURA DE GESTÃO DO LIXO

Neste capítulo é apresentada a gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central através das suas

percepções, hábitos e práticas que são resultado da sua interacção com o Município através das políticas adoptadas por esta entidade.

Para uma compreensão das percepções dos residentes deste bairro é importante compreender como estes definem o lixo. A maioria dos entrevistados define o lixo como sendo “tudo o que já não se aproveita”, “tudo o que é inútil”, “todo o objecto desnecessário e que já não se pode usar mais”, “restos de comida, garrafas”, “água suja e de esgotos”, “aquilo que não preciso de momento”. Contudo, em relação aos restos de comida e aos objectos, os entrevistados afirmaram que apesar de definirem como sendo lixo para si, pode ter utilidade para os outros daí que justifiquem o facto de os mendigos aproveitarem o lixo depositado nos contentores ou seja, segundo Corson (1993), a definição do lixo depende da utilidade que este tem para quem o define.

A gestão do lixo pelos residentes do Bairro Central é feita maioritariamente em cada residência mediante o uso de sacos plásticos que são posteriormente depositados nos contentores e a sua conservação realiza-se com recurso a diversos objectos como latas, bacias e baldes. O uso dos sacos plásticos é uma nova prática que resulta da política aprovada pelo Município em 1999 contudo, pode-se observar que alguns moradores depositam o lixo directamente no contentor sem condicioná-lo previamente nos sacos plásticos provocando a concentração de insectos nocivos ao redor dos contentores. Aquando da aprovação desta política, foram realizadas campanhas para a informação dos locais onde os munícipes podiam obter os sacos plásticos contudo, actualmente a maioria dos entrevistados deposita o lixo por si produzido nos sacos plásticos comuns provenientes das suas compras como forma de evitar os custos pois, segundo uma das entrevistadas “estes sacos

plásticos do CM são caros⁴⁰ e tem que se poupar por isso uso somente para grandes quantidades de lixo". Outros entrevistados consideram um desperdício a aquisição destes sacos plásticos porquanto os sacos comuns produzem o mesmo efeito no processo de acondicionamento e depósito do lixo.

Esta prática dos sacos plásticos comuns pelos munícipes em certa medida entra em contradição com os resultados esperados pelo Município ao implementar a sua política, pois os sacos plásticos previstos não estão sendo usados pela maioria dos munícipes pelo facto de representarem um custo adicional à renda das famílias substituindo-os por este motivo pelos sacos comuns.

No que se refere a varredura e a limpeza, os entrevistados fazem-na até ao portão principal ou à varanda das suas residências. No caso das moradias, a limpeza é feita até ao espaço frontal em frente destas. Os espaços comuns dos prédios são limpos pelos guardas contratados pelas Comissões de Moradores que fazem a gestão dos prédios ou pelos empregados dos próprios entrevistados.

Nos prédios onde foi realizada a recolha de dados, pudemos constatar que existem Comissões de Moradores⁴¹ que tem como função gerir o prédio no que concerne a limpeza, água, segurança e energia nos espaços comuns através do pagamento de uma mensalidade pelos moradores. A limpeza nos espaços comuns dos prédios é feita pelos guardas com a colaboração dos moradores por meio de actos de conservação e limpeza em locais como escadas e corredores. Contudo, num dos prédios⁴² visitados, pudemos observar que os moradores depositam o lixo doméstico (plásticos vazios, favos de ovos, cascas de laranja e embalagens de sumo) nos acessos de serviço não contribuindo deste modo para a limpeza do prédio e segundo o responsável da Comissão de Moradores, "até princípios deste ano⁴³ era impossível a circulação normal nestes espaços pois

⁴⁰ 20 sacos plásticos com capacidade para 5 quilogramas custam 35.000,00 MT.

⁴¹ No início dos anos 90 a gestão dos prédios deixou de estar a cargo do Aparelho do Parque Imobiliário do Estado (APIE) passando esta responsabilidade para as comissões de moradores nomeadas através de eleições.

⁴² Prédio Ferreira e Rocha nº 2552 situado na esquina entre as avenidas 24 de Julho e Filipe Samuel Magaia.

⁴³ Ano 2003.

encontravam-se completamente cheios de lixo mas, com recurso a uma jornada de limpeza em que participaram alguns moradores foi possível a retirada do lixo ali acumulado". Este entrevistado afirma que mesmo com estas iniciativas, alguns moradores não estão sensibilizados a participar na gestão do prédio e não reconhecem a importância de contribuir para a melhoria da limpeza do prédio.

Por outro lado, o prédio nº 1156⁴⁴ apresenta uma experiência diferente em termos de gestão do lixo pois, após ter passado por um período péssimo em termos de limpeza como consequência do entupimento da conduta de lixo originada pelo depósito de objectos não aconselháveis como loiça sanitária, electrodomésticos avariados, peças usadas de viaturas sendo que o lixo passou a ser atirado para a parte traseira do prédio. A primeira tentativa de organização foi a criação de uma primeira Comissão de Moradores que não teve apoio da maioria dos moradores pois, durante as jornadas de limpeza realizadas alguns moradores continuaram a proceder de forma incorrecta, atirando o lixo para as traseiras e escadas contribuindo para o mau odor geral e imundície no prédio.

Esta situação foi resolvida por uma segunda Comissão de Moradores com a participação activa das senhoras do prédio que fizeram uma mobilização aos moradores no sentido de contribuírem para a limpeza através de panfletos e da colocação de um recipiente apropriado nos rés do chão onde os moradores poderiam depositar os sacos plásticos contendo o lixo que seriam posteriormente retirados pelo guarda para o contentor existente nas proximidades do prédio. Como resultado destas acções, os espaços comuns (escadas, varandas e patamares) do prédio passaram a apresentar-se limpos.

A limpeza nos espaços comuns dos prédios tem sido motivo de conflitos entre os moradores pois estes acusam-se mutuamente pelo facto de alguns serem responsáveis pelo lixo espalhado no prédio. Uma das entrevistadas queixando-se da falta de colaboração dos moradores manifestou-se da

⁴⁴ Situado na esquina das avenidas Maguiguana e Vladimir Lénine.

seguinte forma, "os moradores não são higiénicos e poucos pagam a contribuição mensal dificultando a limpeza do prédio". Estes conflitos manifestam-se também nas jornadas de limpeza organizadas por alguns moradores, na sua maioria jovens, onde nem todos participam nesta actividade e segundo o argumento de uma entrevistada presente nestas jornadas, "durante as jornadas que organizávamos, os moradores não contribuíam pois circulavam pelas escadas espalhando lixo e os jovens foram desistindo".

Estes conflitos nem sempre são resolvidos pois a limpeza do prédio passa por uma consciencialização dos moradores no sentido de não depositarem o lixo nos espaços comuns e também pela contribuição através do pagamento da mensalidade que serve para a compra de material necessário para a limpeza bem como para o salário do trabalhador responsável por esta actividade contudo, nos prédios observados foi possível constatar que nem todos os moradores pagam o valor estipulado apesar de esta limpeza beneficiar a todos e várias foram as justificações, "porque não acho necessária esta contribuição", "considero o valor elevado e a utilização do dinheiro não é devidamente justificada".

Um outro aspecto verificado no prédio Ferreira e Rocha Lda é a existência de um grande número de crianças que deitam o lixo nas escadas e no interior dos elevadores avariados, sendo posição de alguns moradores que neste sentido a consciencialização, deve começar em casa e como enfatizou uma das entrevistadas dizendo, "devemos educar os nossos filhos no sentido de manter a higiene do prédio".

As iniciativas a título individual pelos moradores constituem também uma forma de ultrapassar estes conflitos, muitas vezes sem solução para uma vivência harmoniosa num espaço saudável. Serve de exemplo a actitude de um dos moradores do prédio Ferreira e Rocha Lda. que teve a iniciativa de comprar um desinfectante (creolina) e aplicar no prédio numa das épocas em que houve uma epidemia de cólera na cidade, tendo contratado também um meio de transporte para

fazer a retirada do lixo na parte traseira do prédio. Outras iniciativas como a compra de material de limpeza constituem contribuições para ultrapassar o problema do lixo nos prédios.

Não há um conhecimento exacto por parte dos entrevistados sobre o horário estabelecido pelo Município para a deposição do lixo nos contentores. O lixo produzido por estes é depositado maioritariamente pelos empregados domésticos no fim da tarde quando terminam o seu serviço ou entre as 19:00 e 20:00 horas e ainda nas primeiras horas da manhã como referiram os entrevistados. Durante o período do dia o lixo pode ser depositado antes ou depois das 17:00 horas que é o horário estabelecido pelo Município para o início do depósito do lixo pelos munícipes. Contudo, alguns residentes tiveram o conhecimento deste horário através dos órgãos de comunicação social (rádio e jornal).

O não cumprimento do horário de deposição do lixo, implica uma multa de 500.000,00 MT valor que é também desconhecido pela grande maioria dos entrevistados. O conhecimento desta multa por alguns dos entrevistados só se verifica quando estes são notificados a pagar esta multa ou ainda através dos seus vizinhos que sofreram esta penalização como é o caso de uma moradora do prédio nº 1156 que teve o conhecimento da existência da multa pois uma vizinha sua foi surpreendida a depositar o lixo fora do horário por duas funcionárias da DMSC que controlam o contentor existente em frente do jardim Dona Berta. Uma outra moradora do mesmo prédio teve o conhecimento desta multa pois a sua empregada foi também surpreendida a depositar o lixo fora do horário previsto. Outros argumentos apresentados com referência ao horário de deposição e recolha do lixo estão relacionados ao facto de este ser curto e que a varredura deveria ser feita ao mesmo tempo em que decorre a recolha como forma de se evitar que o lixo espalhado permaneça fora dos contentores.

Quanto à política dos contentores, os entrevistados defendem que estes são insuficientes para cobrir a quantidade de lixo produzida na cidade e mais especificamente no bairro estudado. Este facto tem como consequência o depósito do lixo fora destes recipientes ou ainda a sua queimada no interior dos mesmos provocando-lhes uma acelerada destruição. O Vereador Yok Chan culpa os moradores

por este facto contudo, constatamos que esta atitude resulta da recolha irregular pelo Município em momentos de crise⁴⁵, provocando a concentração de grandes quantidades de lixo nos contentores.

A distância que separa os contentores uns dos outros foi também um factor apresentado pelos entrevistados como uma das causas que contribui para que os munícipes depositem o lixo fora dos recipientes apropriados quando saem a rua pois têm que andar "longas distâncias", até encontrar um contentor e quando tal acontece, está todo cheio de lixo e nauseabundo, "desanimando a qualquer um" como argumentou uma entrevistada. Para a solução deste problema, os entrevistados apontam a colocação de mais contentores e de caixotes⁴⁶ nos postes de iluminação para permitir que os munícipes depositem o lixo produzido nos locais de residência e durante as suas movimentações normais na cidade. Contudo, segundo argumentam os entrevistados, a colocação deste material deveria ser acompanhada pelo aumento do número de fiscais para controlar a recolha do lixo pelo pessoal responsável por esta actividade.

Sobre a taxa de limpeza cobrada pelo Município, alguns dos entrevistados têm o conhecimento dos objectivos desta afirmando que, "suponho que serve para pagar os salários e para gerir o lixo", "sei que esta taxa serve para limpeza da cidade", "acho que serve para pagar o material e as pessoas que recolhem o lixo", "suspeito que o valor destina-se à recolha do lixo nos contentores", "um fundo que o CM usa para a recolha de lixo", "serve para a manutenção dos camiões e para o pagamento dos homens que fazem a recolha do lixo, ou seja, para pôr a máquina a funcionar". Este conhecimento da taxa resulta também da informação obtida pelos entrevistados nos órgãos de comunicação social (rádio e televisão).

Contudo, este conhecimento sobre taxa de limpeza não é partilhado por todos os entrevistados, tendo alguns argumentado que "tenho o conhecimento da taxa, mas não sei porquê pago", "tenho

⁴⁵ Quando o lixo não é recolhido com regularidade pelo Município.

⁴⁶ Foram colocados alguns caixotes em algumas zonas e bairros da cidade nomeadamente, Marginal, Sommerchild e Polana Cimento A, mas os entrevistados consideram este número reduzido pois o lixo é produzido em toda a cidade.

conhecimento da existência, mas não sei para que serve". "Sei somente que serve para o lixo". "não sei quanto se paga e não sei para que serve", "não tenho nenhuma informação sobre a taxa".

Este desconhecimento sobre a taxa resulta não só da falta de interesse pelos munícipes de se informarem sobre a mesma de modo a reclamarem por um serviço de melhor qualidade, pois em alguns casos houve entrevistados que nem estão informados do processo de pagamento através da factura de energia mas por outro lado, o Município não realiza uma divulgação constante das políticas por si implementadas argumento este apresentado pela Sra. Hermenegilda Psungo. O pagamento desta taxa segundo os munícipes, não é acompanhado por uma resposta positiva em termos de recolha do lixo e como afirmou um dos entrevistados, "o Município não apresenta a informação sobre o valor recolhido e os seus gastos na gestão do lixo, daí que seja difícil afirmar que a melhoria na recolha do lixo esteja associada ao pagamento da taxa".

Esta falta de informação sobre a taxa de limpeza é extensiva à contratação das empresas privadas que fazem a gestão do lixo, pois a maioria dos entrevistados não conhece pelo menos o nome destas empresas apesar dos valores monetários acordados aquando da assinatura dos contratos de prestação de serviços serem suportados pelas receitas provenientes da cobrança da taxa de limpeza.

Os entrevistados percebem que o pagamento da taxa não justifica o trabalho que está sendo realizado pelo Município pois a recolha do lixo apesar de ter melhorado continua deficiente, o número de contentores continua insuficiente ou seja, o valor da taxa não melhorou os poucos investimentos realizados no sistema de recolha do lixo. Este aspecto remete-nos para as contradições encontradas no processo de gestão do lixo pois o valor da taxa não é gerido directamente pela DMSC daí que os investimentos na área da salubridade não sejam visíveis e o pagamento desta taxa não tenha como resposta directa a melhoria no sistema de gestão do lixo, continuando a verificar-se os mesmos problemas como, falta de meios técnicos e materiais.

A par da não melhoria dos serviços, o pagamento da taxa através do sistema de facturação da EDM não permite uma reclamação pelos munícipes como afirmou um dos entrevistados pois “se o lixo não é recolhido com a regularidade necessária no meu bairro, não posso deixar de pagar o valor da taxa porque corro o risco de ficar sem energia”.

A avaliação feita pelos entrevistados no que se refere a recolha do lixo caracteriza-se por duas posições divergentes. Por um lado os entrevistados argumentam que esta recolha sofreu alguma melhoria nos últimos tempos pois o lixo já não fica acumulado nos contentores durante dias sem ser recolhido e as viaturas tem tido poucas avarias e como exemplo um dos entrevistados referiu que “uma das zonas mais críticas aqui no Bairro Central onde constantemente havia lixo nos contentores e à volta destes, eram a avenida Karl Marx em frente do mercado do povo, a avenida Albert Lithuli e nos contentores existentes em frente ao meu prédio⁴⁷ porém, actualmente o CMCM tem recolhido regularmente o lixo”.

Os entrevistados argumentam que esta melhoria na recolha do lixo pela DMSC está também associada à Cimeira da União Africana pois durante este período o Município recebeu equipamento novo como contentores e dísticos⁴⁸ para a recolha do lixo e houve um esforço para manter a cidade limpa mesmo depois da Cimeira. A proximidade das eleições autárquicas foi outro argumento levantado pelos entrevistados como estando associado a esta melhoria com o objectivo de impressionar os munícipes para uma determinada decisão de voto. Em nenhum momento esta posição sobre o trabalho realizado pela DMSC foi associada à taxa paga pelos munícipes pois justificam que esta melhoria é sempre temporária não se podendo desta forma associar à taxa.

Os argumentos apresentados pelos entrevistados permitem-nos perceber que estes não estão alheios à forma como decorre a gestão do lixo, pois mediante as diversas realidades que se lhes apresentam,

⁴⁷ Prédio Ferreira e Rocha Lda. situado na esquina das avenidas 24 de Julho e Filipe Samuel Magaia.

⁴⁸ Estes dísticos foram colocados nos postes de iluminação e contém uma informação que apela aos munícipes para manterem a cidade limpa.

há uma tentativa de explicá-las e aqui se insere a melhoria no processo de recolha do lixo. Os diferentes cenários que se apresentam aos munícipes em relação ao trabalho do Município estão associados aos donativos recebidos e à necessidade de responder a uma situação concreta como a Cimeira que se realizou, daí que as percepções dos munícipes em relação a recolha do lixo sejam construídas dentro deste conjunto de variáveis que determinam o trabalho feito pelo Município. Estas percepções construídas no concernente a esta realidade concreta que é a recolha do lixo estão também associadas a um contexto mais amplo que são as eleições autárquicas, pois os munícipes compreendem que durante este período há uma tentativa de responder positivamente às suas expectativas quanto ao trabalho realizado pelo Município nas suas diferentes áreas.

Uma outra posição apresentada pelos entrevistados avalia a recolha do lixo por parte da DMSC de forma negativa, pois não se verificam nenhuma melhoria mesmo com o pagamento da taxa de limpeza pelos munícipes. Para reforçar a sua posição uma das entrevistadas argumenta que "há um descaso no tratamento do lixo, pois é recolhido apenas nos contentores e não à volta destes, a varredura já não é bem feita porque o lixo está sempre concentrado nos passeios e o pagamento da taxa já é muito, mas não vemos o retorno". Esta avaliação é associada ao pagamento da taxa, pois segundo um dos entrevistados "hoje torna-se desnecessário alegar a falta de fundos financeiros para compra do material porque o munícipe contribui através do pagamento da taxa". A relação que os entrevistados estabelecem entre o serviço prestado pela DMSC e o pagamento da taxa demonstra a consciência existente para a contribuição que os munícipes devem prestar na gestão do lixo e as expectativas que se esperam nesta relação mediante uma resposta positiva em termos de recolha do lixo.

Contudo, para que se verifique esta resposta positiva por parte da DMSC os entrevistados definem uma série de factores no concernente ao comportamento dos munícipes que contribuem para o estado actual da cidade em termos de recolha do lixo. Um dos factores que os entrevistados apresentam está associado ao não cumprimento do horário de deposição de lixo estabelecido pela DMSC.

Os mendigos são também responsabilizados, pois espalham o lixo no interior e a redor dos contentores ao tentarem aproveitá-lo e aliado a este facto, as crianças contribuem para a acumulação do lixo, pois deitam-no fora dos contentores por não conseguirem alcançá-los ou ainda por estes estarem cheios. Estes dois factores contribuem para que haja uma acumulação do lixo fora destes recipientes dificultando o trabalho da DMSC pois, para além de recolher o lixo depositado nos contentores, é necessária a actividade de varredura fora do período estabelecido.

O problema do lixo está também associado ao aumento do número de habitantes na cidade de Maputo pois, "as pessoas são muitas e até os terraços estão ocupados por isso é difícil acabar com o lixo na cidade", além de que "actualmente o tipo de lixo produzido é diferente mas o sistema de recolha continua o mesmo". Este aumento segundo os entrevistados, tem como consequência a grande concentração de vendedores ambulantes que deitam o lixo por eles produzido nos passeios contribuindo desta forma para a situação em que a cidade se encontra. Estes factores são reforçados pelo argumento da falta de cultura urbana que actualmente se verifica, definida pelos entrevistados como sendo os hábitos e comportamentos dos munícipes que levam ao estado em que a cidade se encontra. Quanto ao lixo, a falta de cultura urbana caracteriza-se por deitar o lixo no chão porque "algumas as pessoas estão somente preocupadas com a limpeza dentro da sua residência" e "mesmo as pessoas civilizadas, ou seja, escolarizadas também deitam o lixo no chão" e uma entrevistada exemplificou com as latas ou garrafas que muitas vezes as pessoas atiram para o chão quando estão dentro de um carro em andamento.

A falta de cultura urbana dos munícipes é também justificada pela não colaboração destes pois "não somos educados e cada pessoa faz o que quer em relação ao lixo", "os munícipes não querem saber da informação sobre o lixo transmitida na rádio e na televisão" e "não têm consciência de que o Município não vai fazer tudo sozinho". As duas posições apresentadas pelos entrevistados e os factores relacionados ao papel do munícipe constituem elementos que contribuem para a configuração do cenário actual que a cidade apresenta em termos de gestão do lixo.

Se por um lado temos uma resposta do Município com as políticas implementadas que são avaliadas pelos munícipes com base em critérios construídos como resultado das suas percepções por outro lado, temos estes mesmos munícipes que se espera que contribuam para a eficácia das políticas, seguindo as recomendações definidas pelo Município. O resultado é uma contradição em relação às expectativas esperadas no concernente à recolha do lixo por parte da DMSC e no que se refere ao cumprimento das políticas pelos munícipes como consequência destes elementos que configuram o cenário actual de gestão do lixo.

O relacionamento entre o Município e os munícipes é também um elemento importante que permite analisar o cenário actual no sistema de gestão do lixo. Um dos principais argumentos apresentados pelos entrevistados é de que “os munícipes não tem informação sobre o trabalho do Município”. e esta falta de informação estende-se à utilização do valor da taxa de limpeza paga pelos munícipes pois segundo uma das entrevistadas “vejo este relacionamento apenas em determinados momentos por exemplo, na altura de publicitar a taxa, mas a comunicação entre o Município e os munícipes devia ser frequente”. O não conhecimento da Postura de Limpeza aprovada pelo Município pelos munícipes demonstra também a falta de informação existente em relação ao trabalho realizado e permite observar que os munícipes desconhecem os seus direitos e obrigações no que se refere a gestão do lixo.

A falta de informação é por si um dos elementos que contribui para a não resolução do problema do lixo pois este documento apresenta sob ponto de vista teórico o trabalho do Município e também o papel do munícipe no processo de gestão do lixo contendo alguns artigos como, o horário de limpeza, âmbito de limpeza, formas de deposição e recolha do lixo, obrigatoriedade de limpeza dentre outros. A divulgação desta Postura foi feita através da publicação de um panfleto com o tema “ABC da Limpeza” no jornal Notícias em 2002 e também com a publicação na íntegra deste documento no mesmo jornal (14/01/2002). Contudo, apesar destas iniciativas, estas acções do Município são passíveis de questionamento pois até que ponto o acesso ao jornal está ao alcance de todos os munícipes para a leitura da informação divulgada pelo Município.

Pensamos que as alternativas encontradas pelo Município para o conhecimento da Postura não foram as melhores se tomarmos em conta o universo de munícipes que tem acesso diário ao jornal. Por outro lado, apesar de os contentores possuírem alguma informação sobre o comportamento do munícipe em relação ao lixo, até que ponto o munícipe dará atenção a uma informação colocada num contentor sem estar devidamente destacada para além de que o lixo possui toda uma carga simbólica como por exemplo, o cheiro, que impossibilita ao munícipe de se interessar pela informação que está colocada nos recipientes de depósito do lixo.

Este argumento é reforçado pela campanha de sensibilização que foi apresentada durante o programa "Tudo ao Domingo", na TVM. Esta iniciativa do Município, apresenta um comportamento dos munícipes que é caracterizado por uma convivência com o lixo apelando para o depósito do mesmo nos contentores. Ora, esta campanha de sensibilização é também passível de questionamento, pois apresenta uma visão que torna o munícipe o principal culpado em relação à situação do lixo. Para um dos entrevistados, "a publicidade está mal feita porque não há contentores suficientes para a recolha de lixo e os existentes, estão distantes um dos outros". Ou seja, esta iniciativa entra em contradição com o discurso do Município sobre falta de contentores suficientes para fazer face à produção do lixo na cidade de Maputo pois apela aos munícipes a depositarem o lixo nos recipientes apropriados como resultado do seu comportamento negativo mas ao mesmo tempo estes são insuficientes para responder à quantidade de lixo produzida na cidade de Maputo.

Este espaço num canal televisivo seria um momento a ser aproveitado pelo Município para a divulgação da Postura e não somente para reforçar o argumento no concernente ao comportamento dos munícipes que está muitas vezes sujeito às condições apresentadas pelo sistema de gestão do lixo através das políticas implementadas pela DMSC.

Algumas soluções para um melhor relacionamento entre o Município e os munícipes foram apresentadas pelos entrevistados. Estes defendem a troca de informação através de uma comunicação contínua entre o Município e os munícipes como forma de melhorar a actual gestão do

lixo. Segundo os entrevistados, o CMCM deveria trabalhar com as Comissões de Moradores para divulgar a Postura e informar sobre o seu trabalho que seria posteriormente dado a conhecer aos moradores dos prédios por estas mesmas comissões. Esta acção seria acompanhada por debates promovidos na televisão e na rádio onde os munícipes pudessem contribuir com as suas ideias para uma melhor gestão do lixo pois os entrevistados reconhecem que o Município não pode trabalhar sozinho. As Comissões de Moradores seriam então um veículo de comunicação entre o Município representado pela DMSC e os munícipes residentes nos prédios com o objectivo de partilhar as melhores formas de gestão do lixo baseando-se na Postura de Limpeza. Sobre o sistema de gestão, mais especificamente em relação à taxa de limpeza, “deve haver uma gestão clara dos fundos, ou seja, gestores para fiscalizar o trabalho do Município e apresentá-lo ao munícipe”.

Os residentes do Bairro Central tendo consciência da sua responsabilidade na gestão do lixo entendem que o seu papel e de outros munícipes para o melhoramento desta situação seriam as jornadas de limpeza nos seus prédios ou através da contratação de um trabalhador responsável pela limpeza do prédio integrado na gestão da Comissão de Moradores pois com a aprovação da lei do condomínio esta responsabilidade passou para os moradores. Em cada prédio deveria ser colocado um recipiente para o depósito do lixo com regras estabelecidas (horário e tipo de lixo). Por outro lado, ao nível da cidade a contribuição dos munícipes seria primeiro através da consciência de estes devem contribuir para a limpeza da cidade. Esta consciência implicaria o cumprimento do horário estabelecido pelo Município para a deposição do lixo nos contentores, o depósito do lixo somente nos recipientes apropriados e a educação aos filhos no sentido de manterem a cidade limpa começando primeiro nas suas residências.

Porém, a ideia das jornadas de limpeza é contrariada por alguns entrevistados pois como munícipes defendem que já contribuem com o pagamento da taxa de limpeza e com a mensalidade do condomínio que servem ambas para a limpeza da cidade e do prédio respectivamente. Além de que actualmente, “ninguém (munícipe) vai-se sensibilizar por amor à pátria, ou seja, através das jornadas de limpeza porque já não cabe, as pessoas desempregadas podiam ser aproveitadas, por

exemplo, no projecto comida pelo trabalho fazendo parte do pessoal do CMCM, na recolha do lixo". Pensamos que o Município, nas suas políticas de gestão do lixo pensará nas melhores alternativas no sentido de responder a uma realidade específica que é a recolha do lixo porém. consideramos ser importante apresentar as diferentes posições defendidas em relação papel do munícipe.

traçados. Contudo, o que podemos verificar é que há uma fraca interacção entre o Município e munícipes no que se refere ao conhecimento das políticas e da Postura de Limpeza, condicionando desta forma as suas práticas. A atitude da DMSC de justificar as práticas dos munícipes como estando associadas à falta cultura urbana resulta deste sistema vertical que não preconiza esta interacção mas apenas um cumprimento das políticas estabelecidas previamente sem um trabalho contínuo que possibilite a participação do munícipe.

Pensamos que este cenário em que se insere a gestão do lixo na cidade de Maputo pode ser alterado se a atitude do Município em relação ao sistema vertical for repensada de forma a permitir uma maior participação dos munícipes uma vez que estes estão consciencializados das implicações do seu comportamento no processo de gestão do lixo. Esta alteração implica uma interacção contínua no sentido de haver um maior conhecimento das políticas e da Postura de limpeza para uma melhor participação dos munícipes. Por outro lado, o desempenho da DMSC, é justificado pela prática discursiva definida por Foucault que obedece a determinadas regras como o objecto, os conceitos, escolhas temáticas e modalidades de enunciação. Esta prática do Município caracteriza-se principalmente pela insuficiência dos meios financeiros como pudemos demonstrar. Esta falta de meios financeiros condiciona por sua vez a compra do material necessário como viaturas, contentores e outros tornando-se lógico o argumento da minimização do problema diversas vezes referido pelos dirigentes da edilidade. A par disto, este discurso é legitimado também pela falta de cultura urbana pelos munícipes ou seja, a prática discursiva sobre o lixo não constitui uma forma intemporal nem preexiste a si mesmo como argumenta Foucault.

As relações que se estabelecem entre o Município e os munícipes no cumprimento das políticas implementadas, as relações entre o Município e o sector privado através das empresas contratadas bem como o seu desempenho criam condições para que a edilidade desenvolva a sua prática discursiva no sentido de justificar o fracasso das políticas de gestão do lixo.

Esta prática discursiva do Município que o torna "vítima" da falta de meios financeiros e do comportamento dos munícipes é questionável como consequência das suas acções. As formas de gestão adoptadas pela DMSC, constituem outro aspecto importante pois a falta de viaturas e de contentores e a adopção de um horário de recolha que não é cumprido tem como consequência o cenário que actualmente se observa. Estamos conscientes de que esta não é uma discussão acabada, pois achamos que é pertinente discutir a cultura urbana que sendo um argumento defendido tanto pelo Município como pelos munícipes é de extrema importância para o sucesso das políticas de gestão do lixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, Bernardo. 1974. Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos. Lisboa, Edições 70.

Câmara Municipal de Lourenço Marques. 1966. Postura Sobre a Limpeza da cidade. publicado pelo Boletim Oficial nº 52, IIIª Série de 24 de Dezembro de 1966.

-----1967. Boletim Municipal sobre as organização das Secções dos Serviços Municipais de Lourenço Marques, LM, p. 47-60.

COLAÇO, João Carlos. 2001. Lixeiros da cidade de Maputo. In Estudos Moçambicanos número 18, Maputo, Imprensa Universitária, 2001. p.25-75

CAMPENHOUDT, Luc Van, QUIVY, Raymond. 1998. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva.

CORSON, Walter H. 1993. Manual de Global de Ecologia: O que você pode fazer a respeito do meio ambiente, Brasil, Augustus.

COSTA, J. Almeida, MELO, A. Sampaio. 1989. Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora.

EIGENHEER, Emilio Maciel. 1998. Colecta Selectiva de Lixo – Experiências brasileiras, São Paulo, Universidade Federal Fluminense.

FOUCAULT, Michel. 1997. Arqueologia do Saber, Rio de Janeiro. Forense.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara Koöegan.

GUNE, Emídio Vieira Solomone. O papel da Cultura na prevenção do VIH em Moçambique. 2001. 49 p. Dissertação, Licenciatura, Unidade de Formação e Investigação em Ciências sociais, 2001.

HAUKOHL, J., MARXEN, U., RAND, T. 2000. *Municipal Solid Waste Incineration: Requirements for successful project*, The International Bank for Reconstruction and Development.

Instituto Nacional de Estatística. 1997. *II Recenseamento, Geral da População e Habitação. Resultados definitivos*, cidade de Maputo.

----- 1999. *Anuário Estatístico da cidade de Maputo*, 1º edição. Maputo.

MACUÁCUA, Ernesto. O Município, as Empresas e o exercício de cidadania na gestão dos Serviços Públicos: O caso dos serviços de remoção e tratamento do lixo urbano no Município de Maputo. 2002. 66 p. Dissertação, Licenciatura, Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais, 2002.

MARSHALL, Catherine, ROSSMAN, Gretchen. 1989. *Designing Qualitative Research*, Newbury Park, Sage Publications.

NHANCOLO, Ariel Quingue. Uma Abordagem sobre os problemas de Saneamento e seus efeitos sobre os moradores do bairro do Xipamanine. 1999. 82 p. Dissertação, Licenciatura, Faculdade de Letras, 1999.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas económicas em tempos de globalização: O caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver (os campos da produção não capitalista), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. 2º Volume. Capítulo 8. p. 401-437.

SEIDMAN, Judy. In our own image. A cultural studies text book for Southern Africa (s.d). (s.n).

STEVENS, Russell. Hout Bay Resident' Perceptions. 1994. 188 p. Dissertation of Master's Degree. University of Cape Town. 1994.

VASCONCELOS, Edymard Mourão. Uma abordagem problematizadora da questão do lixo e do rato em periferia urbana. Recolhido a 22/02/2004. In www.anped.org.br/25/edymardvasconcelost06.rtf.

WWW.agenciaambiental.go.gov.br/cartilha/cartilha.

ZIMBA, Jorge Jossefa. Recolha e Tratamento de Lixo Urbano (1970-2000). 2002. 72 p. Dissertação, Licenciatura, Faculdade de Letras, 2002.

Referências bibliográficas dos artigos de Jornais

Cimeira veio complementar o esforço da Salubridade. Notícias. 23 Jun. 2003. Sociedade. p.11.

Convite para concurso, prestação do serviço de recolha, transporte e deposição dos Resíduos Sólidos. Notícias. 4 Mar. 2002. Publicidade, p.13.

Edilidade apresenta proposta de intervenção do sector privado. Notícias. 6. Out. 2000. Sociedade, p.11.

Edilidade reconhece incapacidade na recolha de lixo. Domingo. 20 Out. 2002. Sociedade, p.18.

FUMO, João. Lixo passa a ser recolhido à noite. Notícias. 14 Mar. 2001. Sociedade. p.7.

----- **Municípios questionam destino da taxa de lixo.** Notícias. 16 Mar. 2002. Sociedade, p.7.

GOVE, Domingos Z. As latinhas de bebida são uma fonte de doenças. Notícias. 23 Fev. 2001. Primeiro Plano. p.2.

Lixo volta a invadir Maputo. Notícias. 8 Out. 2002. p.1.

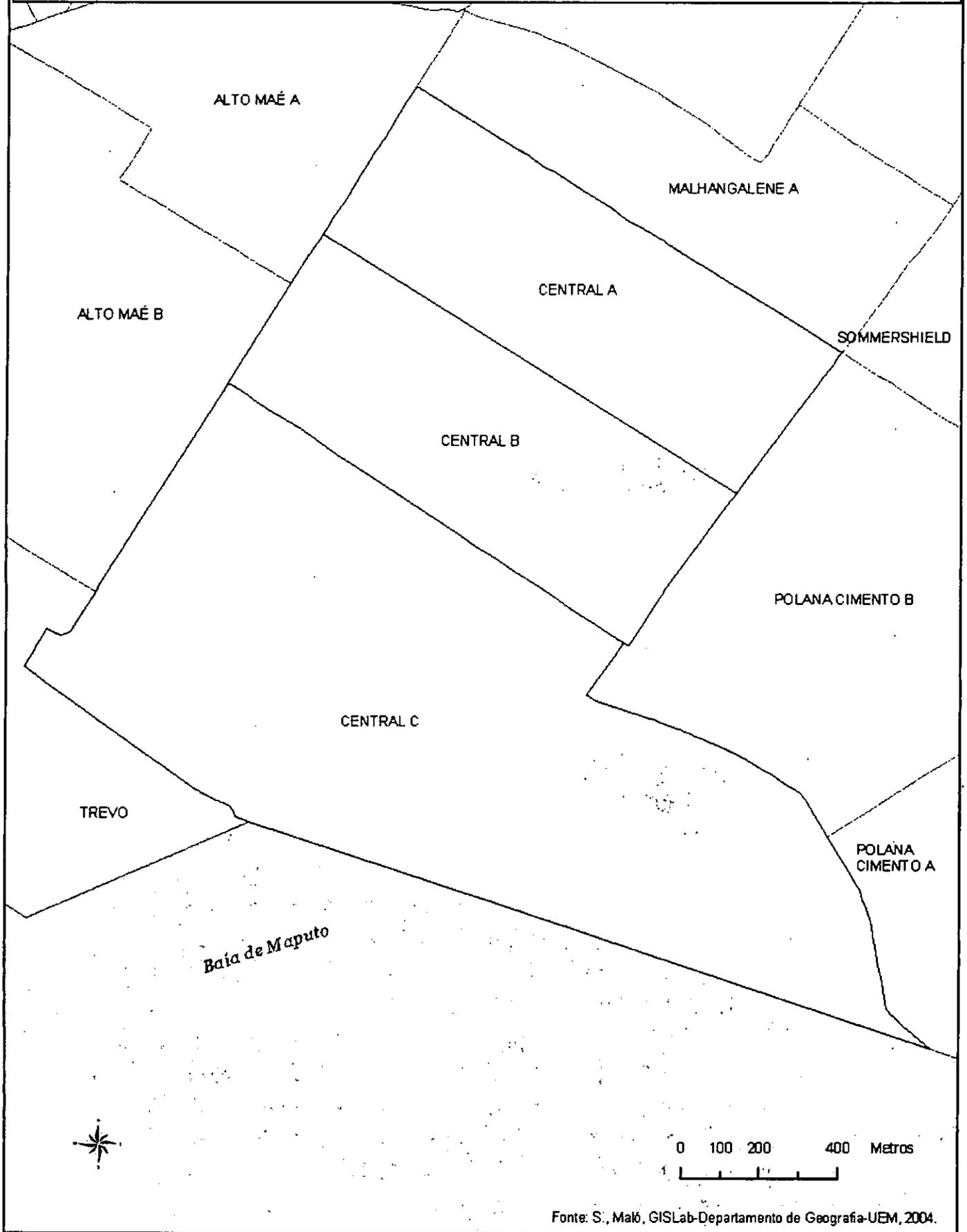
Lixo volta a tomar conta de Maputo. Notícias. 31 Jan. 2003. p.1.

Mais três camiões para a Salubridade. Notícias. 8 Abr. 2003. Sociedade, p.11.

Maputo lança projecto de reciclagem do lixo. Notícias. 18 Mar. 2002. p.1.

- Maputo reintroduz cobrança da taxa de lixo.** Notícias. 14 Mar. 2003. Sociedade, p.11.
- MUCHANGA, Adriano Amone.** Lixo infesta Maputo. Notícias. 15 Mar. 2001. Opinião. p5.
- Municípios reclamam demora na recolha de lixo.** Notícias. 21 Jan. 2000. Sociedade, p.11.
- Município introduz novas regras para limpeza da cidade.** Notícias. 26. Jun. 2001. Sociedade, p.15.
- Postura Sobre a Limpeza do Município.** Notícias. 14 Jan. 2002. Publicidade, p. 8-9.
- Problema do lixo tem dias contados.** Notícias. 19 Out. 2002. p.1.
- Resolução nº 79/2002 de 27 de Dezembro.** Notícias. 17 Jan. 2003. Publicidade, p.12.
- TINGA, Paulo Afonso.** Taxa de lixo!? Não senhores! Taxa de recolha de lixo sim. Notícias. 22. Mar. 2002. Opinião. p.5.
- UCCLA doa equipamento de limpeza.** Domingo. 22 Jun. 2003. Nacional, p.7.
- Vereação de Salubridade e Cemitérios "Aviso ao Público".** Notícias. 26 Abr. 2001. Publicidade. p.3.
- WALDAMN, Maurício.** Mudar hábitos pode acabar com desperdícios. Especial sete cidades. Diário do Grande ABC. Domingo, 22 Set. 2002. In mw@mw.pro.br

BAIRRO CENTRAL



Fonte: S., Maló, GISLab-Departamento de Geografia-UEM, 2004.

ORGANOGRAMA
DEPARTAMENTO DE HIGIENE E
SALUBRIDADE

CHEFE DO DEPARTAMENTO
DE HIGIENE E SALUBRIDADE

CHEFE DA REPARTIÇÃO DE
OFICINAS E PARQUE AUTO

CHEFE DA
SECRETARIA

CHEFE DA REPARTIÇÃO
DE SALUBRIDADE

CHEFE DA SECÇÃO
MECÂNICA, PNEUS E
SERRALHARIA

CHEFE DA SECÇÃO DE
PARQUE AUTO E
TRANSPORTES

CHEFE DA SECÇÃO
DE PLANIFICAÇÃO E
ESTATÍSTICA

CHEFE DA SECÇÃO
DE VARREDURA

CHEFE DA
SECÇÃO DE
REMOÇÃO

CHEFE DO SECTOR DE
ARMAZÉNS E PEÇAS

CHEFE DA ESTAÇÃO DE
SERVÍÇO E LUBRIFICANTES

CHEFE DA SECÇÃO
DE FISCALIZAÇÃO

CHEFE DA SECÇÃO
DE LIXEIRA
MUNICIPAL/HULENE

CHEFE DO
ACAMPAMENTO
DE PESSOAL

RESPONSÁVEL DA
COZINHA E
REFEITÓRIO